



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC)

Documento de Projeto

Fevereiro 2014

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Documento do Projeto

| | |
|--|---|
| Título do Projeto: | Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC) |
| Resultado #2 PNUAD: | As administrações públicas e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes no planeamento, orçamentação, implementação e Seguimento & Avaliação (S&A) em linha com os compromissos internacionais. |
| Resultado(s) Esperado(s) do Programa de Países: | As administrações públicas e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes no planeamento, orçamentação, implementação e Seguimento & Avaliação (S&A) em linha com os compromissos internacionais. |
| Resultado(s) Esperado(s): | Resultado 1: As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares. Resultado 2: As capacidades de supervisão das finanças públicas pelos Parlamentos e Sociedade Civil são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em Timor-Leste num contexto de aprendizagem entre pares. |
| Entidade Executora: | PNUD |
| Agências Implementadoras: | Ministério das Relações Exteriores e Tribunal de Contas |
| Partes Responsáveis: | Tribunal de Contas, Assembleia Nacional (Parlamento), Plataforma das Organizações da Sociedade Civil, órgãos de comunicação social (AJOC) |

Resumo:

O projeto é totalmente financiado pela União Europeia através do envelope A do 10º FED em apoio, entre outros, às Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos, Parlamentares e Organizações da Sociedade Civil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau¹, Moçambique, São Tomé e Príncipe (países PALOP) e Timor-Leste.

O projeto irá utilizar as ações de formação como ferramenta para melhorar as competências e as credenciais dos acotes no controlo das finanças públicas, ao mesmo tempo que estabelece plataformas de *e-learning* em Português garantindo meios de acesso duradouro a bases de dados e informações em Português. O projeto irá igualmente contribuir para o estabelecimento de uma primeira plataforma transnacional de organizações da sociedade civil (OSC) nos PALOP-TL apresentando lições e progressos realizados por essas organizações no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Outras atividades que têm como objetivo promover a sustentabilidade irão complementar e apoiar o plano de ação da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP (O-ISC CPLP) e promover a cooperação com o Instituto de Gestão Económica e Financeira (*IGEF*), envolvendo esta instituição em atividades de formação e capacitação a nível transnacional (aprendizagem entre pares envolvendo atores dos países beneficiários).

Mais e melhor acesso à informação (em termos de disponibilidade de informação, bem como da qualidade da informação disponível) é uma pré-condição para a fiscalização/controlo público/externo eficaz e, conseqüentemente, para a garantia de realização dos produtos do projeto. O impacto do projeto irá depender, no longo prazo, do sucesso da sua estratégia de saída e sustentabilidade das suas ações e atividades. É crucial que os beneficiários do projeto desenvolvam sinergias e dinâmicas que continuem a existir após o término do mesmo. A melhor forma de o fazer é através do desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos no âmbito das instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve visar competências profissionais e melhoria/desenvolvimento de capacidades de formação interna no campo do controlo externo das contas e finanças públicas, em particular, os TC nos PALOP e em Timor-Leste (TL).

O objetivo geral é de promover a governação económica nos PALOP e em TL e reforçar as competências técnicas e

¹ Nas circunstâncias atuais, nas condições básicas da Guiné-Bissau, que permitem um contexto adequado para a implementação de programas de cooperação PALOP-TL no âmbito do 10º FED e para a concretização dos seus resultados esperados não são preenchidas devido à falta de um governo Presidente e um Governo democraticamente eleitos.

Tal como referido na Declaração de Dili, adotada pelo GON dos PALOP-TL na sua 9ª reunião em Dili, realizada em 28 de fevereiro de 2013, a Guiné-Bissau não se encontrará em posição de beneficiar da cooperação PALOP-TL enquanto a ordem Constitucional não for restabelecida e as relações civis-militares não cumprirem com os preceitos da democracia. Assim, de acordo com a posição da UE, sem que um Governo legítimo esteja no poder no seguimento de eleições legislativas e presidenciais adequadas, o país não receberá qualquer apoio institucional.

funcionais das ISC, dos Parlamentos, dos Parlamentares e da Sociedade Civil (incluindo os media).

O objetivo específico é o de melhorar e tornar mais eficaz o controlo externo político, judicial e civil das finanças públicas nos PALOP e em TL para uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos públicos. As ISC desempenham um papel importante na prevenção da corrupção e má gestão da coisa pública, por isso poderá vir a promover sinergias entre as ISC e outras agências de fiscalização, mais especificamente agências de luta contra a corrupção e de procurement (compras).

Este projeto irá abordar diretamente a boa governação e a democracia reforçando o sistema de prestação de contas com controlo externo e independente das finanças públicas como o objetivo específico. Respondendo ao direito dos cidadãos à informação, e apoiando transversalmente a promoção da igualdade de género na despesa pública as suas ações irão produzir resultados transformacionais que deverão ser sustentados para além do ciclo de vida do projeto (entre outros, atividades de formação e sensibilização sobre a igualdade de género dirigidas a Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil). Para o efeito, o PNUD irá associar-se às unidades da ONU Mulher ao nível dos seus escritório em todos os países beneficiários aquando da conceção dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) e atividades de formação. As plataformas e soluções de TIC irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais às ações do projeto (entre outros, utilização de videoconferência e ferramentas de TI). As questões ambientais serão tidas em consideração em determinadas atividades, quando se justificar e de acordo com as estratégias e prioridades nacionais dos países parceiros, como por exemplo o reforço das capacidades de supervisão no domínio da extração de recursos naturais em Moçambique. O projeto prevê dois resultados que contribuem diretamente para o objetivo específico:

1. As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado visa a construir capacidades através da partilha de conhecimentos entre as ISC, transferência de ferramentas e promoção de boas práticas entre as ISC nos PALOP e em TL com o objetivo de aumentar e melhorar o seu controlo externo e independente sobre a gestão das contas e despesa públicas. De acordo com a lógica de intervenção multi-país do projeto, este processo de reforço será articulado por forma a promover a Cooperação Sul-Sul PALOP-TL, no quadro das iniciativas de cooperação existentes no âmbito da CPLP e novas aprendizagens e troca de experiências entre pares.

2. As capacidades de supervisão das finanças públicas por parte dos Parlamentos e da Sociedade Civil são desenvolvidas para uma análise informada das finanças públicas nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado tem como objetivo melhorar o controlo externo político e civil da ação do governo e das finanças públicas, com vista a cumprir os princípios democráticos que respeitem os standards de publicidade e credibilidade. O contexto multi-país dos PALOP e TL promoverá o estabelecimento de mecanismos de avaliação pelos pares que beneficiam Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil, num contexto de experiência comparativa e maior acesso à informação.

| | |
|--|------------------------|
| Período do Programa: | 2014-2016 |
| Área-chave do Resultado (Plano Estratégico): | Governação Democrática |
| ID Projeto Atlas: | 00078797 |
| Data de Início: | Fevereiro 2014 |
| Data de Fim: | Dezembro 2016 |
| Data Reunião CAP: | 07 Fevereiro 2014 |
| Management Arrangements: | Execução Direta |

| | |
|-----------------------------|------------|
| Orçamento Total | €6,400,000 |
| Recursos Alocados: | |
| • Regulares: | _____ |
| • Outros: | _____ |
| Doador (UE) | €6,400,000 |
| • Orçamento não financiado: | _____ |
| Contribuições em espécie: | _____ |

Acordado pelo Parceiro de Implementação

Data: _____

Jorge Borges
Ministro

Ministério das Relações Externas, Cabo Verde

Acordado pelo Agente Executor

Data: _____

Ulrika Richardson-Golinski
Representante Residente
PNUD, Escritório de Cabo Verde

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| SECCÃO I..... | 6 |
| 1. CONTEXTO | 6 |
| 1.1. Contexto económico e social – análise do país | 7 |
| 1.2. Contexto do setor & Análise das partes interessadas | 8 |
| 1.3. Lições aprendidas | 14 |
| 1.4. Ações complementares..... | 15 |
| 1.5. Coordenação de doadores..... | 17 |
| SECCÃO II..... | 18 |
| 2. OBJETIVOS, RESULTADOS ESPERADOS, ATIVIDADES PREVISTAS E ESTRATÉGIA DO PROJETO..... | 18 |
| 2.1. Objetivos | 18 |
| 2.2. Resultados esperados..... | 18 |
| 2.3. Cronograma de atividades e implementação..... | 19 |
| 2.4. Sustentabilidade e estratégia de saída do projeto | 21 |
| 2.5. Riscos | 24 |
| 2.6. Questões transversais | 25 |
| 2.7. Comunicação & Visibilidade | 25 |
| SECCÃO III | 27 |
| 3. IMPLEMENTAÇÃO | 27 |
| 3.1. Localização..... | 27 |
| 3.2. Duração | 27 |
| 3.3. Configuração organizacional e responsabilidades | 27 |
| 3.4. Orçamento | 30 |
| SECCÃO IV..... | 33 |
| 4. RESULTADOS DO PROJETO & QUADRO DE RECURSOS..... | 33 |
| 4.1. Planos de Trabalho Anuais..... | 44 |
| SECCÃO V | 45 |
| 5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO..... | 45 |
| 5.1. Reporte | 45 |
| 5.2. Monitorização..... | 45 |
| 5.3. Avaliação..... | 45 |
| SECCÃO VI..... | 54 |
| 6. CONTEXTO LEGAL | 54 |

| | |
|--|-----------|
| ANEXOS | 55 |
| Anexo 1 – Termos of Referência: TR para o pessoal-chave do projeto | 55 |
| Anexo 2 – Quadro Lógico e Orçamento do Contrato UE-PNUD..... | 55 |
| Anexo 3 – Calendário operacional indicativo | 55 |
| Anexo 4 – Nota de Justificação do Programa..... | 55 |
| Anexo 5 – Fichas de Avaliação do País..... | 55 |
| Anexo 6 – Formulários de Consulta do País | 55 |
| Anexo 7 – Análise de Risco..... | 55 |
| Anexo 8 – Fichas de Avaliação de Capacidades | 55 |

SECÇÃO I

1. CONTEXTO

Este projeto tem como objetivo promover a governação económica nos PALOP e em TL reforçando as competências técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), os Parlamentos e Parlamentares Nacionais e a Sociedade Civil (incluindo os media) nos seis países beneficiários.

O projeto foi formulado ao abrigo da subárea de governação económica do 10º FED 2008-2013 para os PALOP & TL, que atribuiu 33,1 milhões de euros para apoiar projetos de iniciativa de governação nos PALOP & em TL. Este projeto foi formulado com base na parceria UE-PNUD atribuindo 6,4 milhões de euros para apoio das Instituições Superiores de Auditoria/Controlo, Parlamentos, Parlamentares eleitos e Organizações da Sociedade Civil (incluindo os media) nos PALOP e em Timor-Leste no domínio do controlo externo das despesas e contas públicas.

Os Ordenadores Nacionais (ON) dos PALOP e de Timor-Leste para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), em coordenação com os serviços da União Europeia, iniciaram os procedimentos para a elaboração de um Projeto para "reforçar a Boa Governação Económica e o Desenvolvimento do Setor Privado nos PALOP e em TL". Após as missões de formulação aos 6 países beneficiários em 2009 e um conjunto de inquéritos nos PALOP e em TL em 2010, conduzidos pelo Gabinete de apoio ao Ordenador Nacional do FED (GON-FED) e pela Delegação da União Europeia em Cabo Verde (país líder do projeto), foi alcançado um acordo sobre a pertinência de se concentrar o âmbito de intervenção do projeto em iniciativas e ações que visem melhorar e tornar mais eficazes o controlo, a supervisão e a auditoria das finanças públicas e ações do governo nos PALOP e em TL.

Partindo dessas bases de referência, a Delegação da União Europeia em Cabo Verde solicitou ao Escritório do PNUD no país que formulasse uma nota conceptual e, posteriormente, um documento de projeto com o objetivo de reforçar as capacidades de controlo externo das Finanças Públicas por parte das ISC, dos Parlamentos e Parlamentares eleitos, e Organizações da Sociedade Civil (incluindo os media) dos PALOP e de Timor-Leste. Neste contexto, em maio de 2013, o PNUD Cabo Verde levou a cabo missões complementares no terreno em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola com o objetivo de reunir informações adicionais para melhorar a avaliação das necessidades dos países e atualizar a estratégia inicial. Isto foi feito através de consultas amplas com os principais beneficiários e partes interessadas do projeto. Estas missões de pré-formulação levadas a cabo pelo PNUD conseguiram confirmar a conformidade entre o âmbito, objetivos e atividades do projeto com os planos estratégicos nacionais no domínio do controlo externo das contas e despesas públicas (Tribunal de Contas & Parlamentos) - em particular, em Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No decurso das reuniões com TCs, representantes de comissões e administrações Parlamentares, representantes de OSC, o projeto foi identificado como uma importante contribuição para os diferentes programas/planos nacionais e institucionais.

O projeto é consistente com as estratégias nacionais de redução da pobreza dos diferentes PALOP, com o Plano Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste, e o 10º FED para os PALOP & TL para o período 2008-2013. Estas políticas e estratégias são adaptadas às especificidades e prioridades de cada país, mas convergem para promover a boa governação como um importante suporte para o desenvolvimento e crescimento económico. Em particular, por via do reforço das capacidades em matéria das (i) funções legislativas e fiscalizadoras do Estado, (ii) do sistema de gestão das finanças públicas, incluindo a supervisão interna e externa, (iii) dos serviços de apoio ao Parlamento/Parlamentares eleitos e (iv) da prestação de contas do Estado.

A lógica de intervenção multi-país deste projeto procura intensificar o diálogo entre os PALOP e Timor-Leste com base na abordagem holística à governação democrática. Uma ênfase especial dada à capacitação conjunta, transversal, Sul-Sul, e entre pares no âmbito das áreas selecionadas de governação económica, nomeadamente as capacidades de controlo, auditoria e supervisão externas das finanças e despesas públicas.

O quadro de resultados e recursos do projeto (QRR) reflete o quadro lógico preliminar (ver Anexo 1). Poderá ser atualizado ou adaptado sem uma alteração ao Acordo de Contribuição entre o PNUD e a Delegação da UE, desde que estas modificações não alterem os objetivos do projeto (conforme previsto no artigo 9.2 das Condições Gerais - Anexo 2 do Acordo UE-PNUD).

1.1. Contexto económico e social – análise de país

Com uma população total de cerca de 45 milhões de habitantes, os PALOP e TL, enquanto grupo, encontram-se entre os países menos desenvolvidos economicamente, com exceção para Cabo Verde. Contudo, é evidente a tendência de melhoria sustentada e progresso que se vem consolidando nos últimos anos, em particular, os desenvolvimentos em Angola, Moçambique e Timor-Leste. Não obstante, alguns dos países PALOP-TL continuam a estar entre os países mais pobres do mundo e a maior parte da população dos PALOP-TL ainda vive em pobreza extrema.

Segue em baixo a descrição sucinta de aspetos que se julgou pertinente realçar no desenvolvimento económico em cada país²:

Em **Angola**, a desaceleração da inflação e o ritmo robusto e sustentado de crescimento económico na última década moldaram os recentes desenvolvimentos macroeconómicos. Um reforço substancial da posição fiscal e externa tornou-se também evidente por conta da recuperação gradual das receitas do petróleo, entre outros.

Cabo Verde enfrenta atualmente um cenário macroeconómico difícil, com elevados défices fiscais e externos, um abrandamento no crescimento e condições externas adversas. O crescimento económico desceu para 4,3% em 2012, menos cinco pontos percentuais do que em 2011.

Na **Guiné-Bissau**, a atividade económica foi fortemente afetada pelo golpe militar de abril de 2012 que paralisou o funcionamento das instituições públicas e afetou a armazenagem e exportação de castanha de caju, o principal produto de exportação e líder do setor económico do país.

Em **Moçambique**, o crescimento económico - estimulado pela estabilidade política (até o primeiro semestre de 2012)³, gestão macroeconómica estável, reconstrução e reformas estruturais – tem vindo a ser reforçado por um *boom* de grandes investimentos estrangeiros nos emergentes setores da energia e recursos naturais. No entanto, a sua trajetória de crescimento não tem sido acompanhada por uma redução concomitante da pobreza.

São Tomé e Príncipe, o segundo país mais pequeno de África, registou em 2012 uma diminuição sustentada da inflação e o reforço da consolidação fiscal. Um ritmo louvável de

²Fonte: Desenvolvimentos económicos nos PALOP e TL 2011-2012, indicadores do *Banco de Portugal* e do Banco Mundial.

³ A erupção recente de conflito armado entre as forças governamentais e milícias da RENAMO terá um impacto ainda por determinar nos indicadores de estabilidade, no contexto político e no investimento externo.

crescimento económico estimado em 4,5% em 2012 tem sido igualmente mantido. A pobreza continua a ser generalizada, afetando mais de 50% da população (2010).

Em **Timor-Leste**, a economia doméstica tem vindo a crescer significativamente, em conjunto com fluxos significativos das receitas petrolíferas canalizados para o Fundo do Petróleo. A confortável posição fiscal tem permitido a implementação de um programa de investimentos públicos ambicioso. Os desenvolvimentos económicos estão a começar a contribuir para a redução da pobreza e resultados sociais melhorados.

O quadro seguinte inclui os principais indicadores económicos e sociais⁴, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013 disponibilizado pelo PNUD classificando os PALOP & TL entre 187 outros países.

| PAÍSES | ANGOLA | CABO VERDE | GUINÉ BISSAU | MOÇAMBIQUE | SÃO TOMÉ & PRÍNCIPE | TIMOR-LESTE |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| Área total (km ²) | 1.246.700 | 4.033 | 36.125 | 799.380 | 1.001 | 15.007 |
| População | 19.618.432 | 500.585 | 1.547.061 | 23.929.708 | 168.526 | 1.175.880 |
| Crescimento da população | 2,6% | 0,9% | 2,1% | 2,3% | 1,9% | 2,9% |
| Taxa de literacia | 70% | 84% | 54% | 56% | 89% | 58% |
| PIB | \$104,3 mil milhões | \$1.901 mil milhões | \$967,8 milhões | \$12,76 mil milhões | \$248,3 mil milhões | \$1.054 billion |
| Crescimento PIB | 3,9% | 5,0% | 5,6% | 7,1% | 4,9% | 10,6% |
| IDH | 0,508 | 0,586 | 0,364 | 0,327 | 0,525 | 0,576 |
| Posição IDH | 148 | 132 | 176 | 185 | 144 | 134 |

Fonte: Desenvolvimentos económicos nos PALOP e TL 2011-2012, indicadores do Banco de Portugal e Banco Mundial

1.2.Contexto do setor & Análise das partes interessadas

A cooperação entre os PALOP, Timor-Leste e a União Europeia baseia-se numa estratégia de integração não-geográfica resultante de um contexto histórico, político e administrativo partilhado, influenciado pela administração colonial portuguesa. O grupo dos PALOP composto por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e Timor-Leste partilham um sistema semelhante de governação (incluindo sistemas semelhantes de administração pública, justiça, gestão das finanças públicas, mercados de trabalho e serviços sociais interligados), uma forte identidade linguística e cultural e uma longa tradição de contactos e intercâmbios entre si.

Na última década, a maioria destes países parceiros registou progressos significativos em termos de governação económica, em grande parte devido a um grande conjunto de reformas introduzidas nos sistemas de Gestão das Finanças Públicas (GFP). No entanto, a administração pública continua, no geral, a enfrentar vários desafios institucionais, incluindo recursos humanos inadequados e estruturas organizacionais fracas, resultando em graves deficiências que não permitem um controlo financeiro externo adequado.

O objetivo de promover um controlo mais eficaz sobre as finanças públicas, reforçando os mecanismos de controlo institucionais e civis é alcançável através de uma abordagem comum, assumida pelas lideranças políticas como uma opção importante de política para a cooperação. Esta abordagem baseia-se na promoção de intercâmbios Sul-Sul e oportunidades de

⁴Fonte: Banco Mundial. Dados de 2011 à parte da taxa de literacia que faz referência a 2010.

aprendizagem entre pares para a troca de experiências. Tal abordagem beneficia da existência de um quadro amplo de referências partilhado pelas respetivas administrações públicas, apesar das diferenças significativas resultantes das realidades específicas de cada país.

Desde 1995, os Tribunais de Contas dos PALOP, enquanto membros da Organização de Instituições Superiores de Auditoria da CPLP, têm vindo a realizar ações de cooperação como: cursos e estudos conjuntos, troca de auditores para cursos e estágios e também troca de publicações técnicas. A estratégia e as ações de desenvolvimento de capacidades do projeto serão totalmente alinhadas com o plano estratégico da Organização de Instituições Superiores de Auditoria da CPLP para 2011-2016 e, sempre que necessário, acordos de cooperação específicos serão assinados com vista a promover ainda mais as sinergias e troca de experiências.

As missões de pré-formulação levadas a cabo pelo PNUD conseguiram identificar os principais beneficiários do projeto que podem ser organizados em três grupos: Os Tribunais de Contas dos 6 países parceiros⁵, os parlamentos nacionais dos 6 países parceiros⁶ e as OSC (incluindo os media) dos 6 países. O projeto prevê a participação de outros intervenientes e partes interessadas na implementação de atividades, tais como os Ministérios da Justiça, Ministérios das Finanças e, possivelmente, outras instituições que lidam com a reforma do Estado nos seis países, bem como ONG internacionais especializadas para oferecerem programas de capacitação sobre controlo e políticas orçamentais.

Estão previstas parcerias e cooperação com outros intervenientes que se encontram a desenvolver projetos com complementaridades e/ou sinergias incluindo: a Organização de ISC da CPLP (O-ISC CPLP) e o Instituto de Formação para a Gestão Económica e Financeira dos PALOP – IGEF. Com base no seu estatuto oficial e nas suas capacidades de gestão, o PNUD vai definir *Grants* com a O-ISC CPLP (uma associação autónoma e independente de TC/ISC da CPLP).

Caso esta associação tenha capacidades de gestão insuficientes, será considerada como beneficiária das atividades do projeto e o projeto irá cofinanciar algumas das ações previstas nos seus planos de ação. Relativamente ao IGEF, a colaboração apenas pode ser prevista quando o instituto se encontrar formalmente constituído e operacional. Nesse caso, o que pode acontecer a qualquer momento durante a implementação do projeto, o PNUD irá estabelecer uma parceria com o IGEF, quer através de *Grants*, quer através de Memorandos de Entendimento com Instituições Governamentais Nacionais, dependendo do estatuto final do IGEF. Em alternativa, o IGEF pode também tornar-se beneficiário das ações projeto que visam formação e traduções. Prevê-se que estas modalidades de implementação sejam elaboradas e finalizadas durante a fase inicial, com base nas regras e procedimentos do PNUD.

Atualmente, a situação nas áreas do projeto nos seis países parceiros é a seguinte:

1. Instituições Superiores de Controlo (ISC): funções de supervisão e auditoria das finanças públicas.

Os Tribunais de Contas (TC) dos PALOP e Timor-Leste são instituições superiores de controlo financeiro com características jurisdicionais e os seus quadros legais baseiam-se essencialmente nos seguintes textos: Constituição da República; lei que estabelece a competência, organização e funcionamento do Tribunal de Contas, bem como o estatuto dos seus juizes. Os TC foram recentemente criados e estão numa fase de consolidação das atividades e métodos para controlar as finanças públicas,

⁵Em Timor-Leste, o Tribunal de Recurso executa as funções de auditoria ao passo que o Supremo Tribunal Administrativo, Fiscal e de Auditoria está totalmente estabelecido. Em Moçambique, o tribunal chama-se Tribunal Administrativo.

⁶Mais especificamente, as comissões parlamentares que tratam das finanças públicas.

assim como a avaliação dos sistemas orçamentais.

Em **Angola**, o TC foi criado em 2001. O seu quadro legislativo é adequado com possibilidades de melhoria para considerar ajustes funcionais e novas competências para controlar as contas públicas de forma mais abrangente. A interação com a 5ª Comissão da Assembleia Nacional (responsável pelas questões económicas e de GFP) existe, mas apenas com impacto funcional limitado. Em termos de transparência e disponibilidade da informação para o público em geral existe espaço para melhorias. O TC desenvolveu um sistema de gestão de TI ligado diretamente ao Orçamento Geral do Estado com o objetivo de maximizar a eficiência para supervisionar as finanças públicas, uma boa prática que poderia eventualmente ser adaptada para uso dos outros países, se fosse caso disso.

Em **Cabo Verde**, o presidente do Tribunal é nomeado pelo Presidente, mediante proposta do Conselho de Ministros. O Tribunal entre as suas atribuições a realização de auditorias das contas públicas, que são transmitidas à Assembleia Nacional. O TC tem, nos últimos anos, melhorado significativamente a sua capacidade de controlo sobre as finanças públicas. Uma estratégia para melhorar o seu desempenho tem vindo a ser apoiada por um grande grupo de parceiros, incluindo a UE através do apoio orçamental, a França, Portugal e o PNUD. Existem relações de cooperação bilaterais com os TC em Portugal e no Brasil no âmbito da Organização das ISC da CPLP. Além disso, o TC em Cabo Verde recebeu pedidos dos TC da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe para apoio e atividades de capacitação a que não foram dadas respostas devido à falta de recursos. Um plano estratégico para 2012-2015 encontra-se implementado com os planos operacionais anuais a serem estabelecidos anualmente. O plano operacional de 2013 prevê programas de capacitação interna e uma metodologia baseada em análise de risco. Uma revisão prevista do quadro jurídico do TC visa aumentar a transparência, as capacidades de controlo e supervisão assim como a divulgação das contas públicas. No entanto, a nova proposta de lei sobre o TC foi automaticamente retirada do Parlamento no final da legislatura anterior, pois a lei não tinha sido aprovada no Parlamento. As principais deficiências na realização de um controlo eficaz sobre a ação do governo e as finanças públicas incluem: um âmbito de auditoria limitado em cumprimento com a legislação em vigor, eficácia limitada da auditoria interna devido a falhas de pessoal e organizacionais e necessidade de acesso do TC ao SIGOF (sistema integrado de gestão orçamental e financeira).

Na **Guiné-Bissau**, o funcionamento das instituições públicas foi afetado pelo golpe militar de abril de 2012. O TC sofre de uma grave falta de recursos financeiros e materiais, assim como de falta de pessoal qualificado, o que é um obstáculo para controlar eficazmente as finanças públicas. O plano de ação para a reforma das finanças públicas contempla ações para melhorar a supervisão e a transparência da GFP e, em particular, do funcionamento do TC. O TC pretendia ganhar visibilidade através de ações de sensibilização para a sociedade civil destinadas a promover a participação cívica para alcançar uma maior transparência na gestão dos assuntos públicos.

Em **Moçambique**, o Tribunal Administrativo (TA) está investido das funções de supervisão e auditoria. Goza da reputação de ser relativamente independente. O TA reporta diretamente à Assembleia Nacional no que diz respeito à execução orçamental, utilização de fundos públicos e da administração pública, tal como exigido pela Constituição. O TA esforça-se por cumprir o seu mandato com restrições graves em termos de capacidade. Grandes esforços têm sido feitos para enfrentar este desafio através de programas de formação e capacitação com um enfoque especial, desde 2002, na área da auditoria e análise de contas. O TC tem canais de comunicação adequados com o grande público. As contas públicas, o Parecer do TA e os Relatórios de Auditoria são disponibilizados publicamente através dos sítios web do MF e TA. As decisões dos TA são publicadas no Diário da República, tal como previsto legalmente. Em 2009, o TA aprovou um plano de comunicação que prevê sanções para aumentar a disseminação dos

relatórios pareceres e deliberações do TA. Os principais desafios identificados no médio e longo prazo são: (I) Revisão da posição organizacional (constitucional) e estabelecimento do TA, (ii) Reforço alargado dos princípios gerais de transparência e acesso público à informação, (iii) Um sistema de apoio de TI em pleno funcionamento para aquisições que imponha controlo interno e melhore a transparência. Em 2011, um novo Plano Estratégico plurianual foi adotado para o TA.

O TC foi criado em 2004 em **São Tomé & Príncipe**, e grandes esforços têm sido feitos para reforçar as funções de supervisão. A incapacidade de produzir regularmente as contas públicas do Estado foi o ponto fraco mais grave identificado, tendo em vista as suas implicações para o controlo e auditoria externas. No entanto, as contas de 2010 foram recentemente produzidas. Fatores externos, incluindo a falta de uma lei de responsabilidade financeira e os poderes da Assembleia Nacional de restringir as funções do TC constituem um obstáculo para a plena independência do TC e desempenho adequado das suas funções de auditoria. Os acordos bilaterais com os TC de Portugal e do Brasil estão em vigor para a realização de programas de formação no âmbito da Organização de ISC da CPLP. Não existem disposições legais que prevejam a publicação de informações sobre os recursos do TC e da sua resolução. O sítio web do TC deve estar operacional em breve.

Em **Timor-Leste**, um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC), tal como exigido pela Constituição, ainda não foi criado, resultando numa auditoria interna fraca e controlo efetivo das finanças públicas. No entanto, enquanto o TSAFC não estiver totalmente estabelecido, a Câmara de Contas funcionará junto ao Tribunal de Recurso com responsabilidade pelo controlo das finanças públicas e jurisdição sobre todos os serviços e organismos do Estado⁷.

2. Parlamentos: capacidades de supervisão das finanças públicas

Nos PALOP e Timor-Leste, os Parlamentos nacionais estão investidos com poderes legislativos, de supervisão e decisão política. Nos PALOP e em Timor-Leste a resposta das instituições públicas e da sociedade civil é limitada no que diz respeito ao controlo da ação do governo e das finanças públicas no contexto da boa governação económica. Tais limitações resultam, em particular, da ausência de sistemas de informação atualizados, mecanismos de supervisão e mecanismos de análise adequados, bem como de suficiente expertise e *know-how*.

Em **Angola**, a Assembleia Nacional (AN) conta com 9 Comissões, sendo a 5ª Comissão Permanente responsável por supervisionar a ação do governo em questões económicas e de GFP. Apesar das melhorias recentes na coordenação entre os ministérios e outras entidades públicas, isto parece insuficiente. Os intercâmbios com o TC devem ser reforçados. No quadro da CPLP, a AN tem vindo a estabelecer acordos de cooperação com alguns Parlamentos, no entanto, estão em falta uma abordagem sistemática e uma frequência/regularidade desejável na implementação destas atividades de fiscalização. O acesso ao orçamento continua a ser limitado.

Em **Cabo Verde**, a AN funciona através de uma Comissão permanente e sete Comissões especializadas. A segunda Comissão especializada de Finanças e Orçamento tem a seu cargo a supervisão da GFP. Algumas falhas para um desempenho eficiente incluem a falta de pessoal de apoio, o conhecimento técnico especializado limitado e uma fraca interação com o TC. A discussão sobre a conveniência de duas reformas legais se prolonga há muito tempo, nomeadamente, a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental e o quadro legal do TC para atualizar o mandato e as funções do TC. Um investimento substancial tem sido feito no

⁷Lei Nº 9/2011 de 17 de agosto. Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

desenvolvimento do setor das TIC. Existem ferramentas de e-governança no Ministério das Finanças, tais como SIGOF ou SIM (sistema para gerir a autoridade municipal) que são importantes para supervisionar e gerir os dados financeiros. No entanto, estes não se encontram disponíveis para o Parlamento. Não existem interações técnicas com outros Parlamentos nos PALOP-TL, apesar de um interesse manifestado em Cabo Verde de levar a cabo avaliações pelos pares e extrapolar a boa prática para outros Parlamentos que demonstraram interesse no funcionamento desta instituição em Cabo Verde, como é o caso de Moçambique.

Na **Guiné-Bissau**, a *Assembleia Nacional Popular* conta com nove comissões permanentes especializadas estando a Comissão de Economia, Finanças, Planeamento, Comércio e Indústria encarregue de supervisionar a GFP e as questões económicas. No entanto, existe uma redução da capacidade do Parlamento de supervisionar a ação governamental e a despesa pública, principalmente devido à escassez de pessoal qualificado; ao uso limitado de ferramentas de gestão de TI, apesar dos esforços para estabelecer ferramentas SIGOF; à coordenação institucional fraca e escassa interação técnica com o TC.

Em **Moçambique**, o Plano Estratégico da *Assembleia da República* 2013-2022 inclui entre as suas cinco prioridades estratégicas a função de supervisão da Assembleia Nacional sobre a ação do governo. A Comissão de Orçamento e Planeamento, responsável pelas questões de GFP, desempenha um papel central de supervisão ao longo de todo o ciclo orçamental. Os principais desafios identificados incluem a insuficiente interação entre a Assembleia da República e a sociedade civil; deficientes mecanismos de transparência e prestação de contas implementados; sistemas de apoio e de dados ainda não plenamente desenvolvidos; poucos conhecimentos técnicos institucionais; e limitada qualidade e abrangência das contas públicas do Estado, o que dificulta o cumprimento das Normas IPSAS.

Em **São Tomé & Príncipe**, a AN conta com cinco Comissões, sendo a segunda Comissão Permanente a responsável pela supervisão das finanças públicas e assuntos económicos. Contudo, o desempenho desta Comissão é fraco devido a graves restrições, incluindo a incapacidade do Governo de produzir regularmente as contas públicas do Estado; a não-conformidade com o calendário do ciclo orçamental; a divulgação prematura por parte do Governo de relatórios de execução orçamental e uma falta de *expertise* e *know-how* no âmbito da Comissão. Recentemente, o governo tem vindo a testar, com a assistência técnica do FMI, um sistema eletrónico para o sistema de administração financeira do governo (SAFE-e) que, pela primeira vez, permitiu ao Governo apresentar as contas gerais à Assembleia Nacional e ao TC em 2013. A responsabilização do Estado é muito limitada. De acordo com a lei SAFE⁸, o relatório do TC sobre as contas públicas do Estado é a única obrigação do governo perante a AN. A transparência orçamental foi reforçada com a publicação no *website* do Ministério das Finanças de rascunhos/leis de finanças e os relatórios de execução trimestrais, incluindo os relatórios regulares sobre os gastos «pró-pobre» com a integração de códigos orçamentais específicos. Contudo, a execução orçamental e os relatórios de supervisão, baseados no sistema SAFINHO, não foram publicados no Diário da República tal como previsto na lei SAFE.

Em **Timor-Leste**, as comissões parlamentares têm uma grande falta de pessoal qualificado o que dificulta tanto a iniciativa legislativa como a capacidade de supervisão. A capacidade técnica dos Deputados é fraca e os conhecimentos jurídicos, económicos ou específicos são, em regra, disponibilizados por poucos conselheiros internacionais.

3. Sociedade Civil: capacidade de controlo civil sobre as finanças públicas

⁸2007 Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Governo,

De acordo com o Índice do Orçamento Aberto (IOA)⁹, em **Angola** e **São Tomé & Príncipe** existe informação mínima disponibilizada ao público em documentos orçamentais durante o ano. A pontuação de Angola em 2012 (28 em 100) é a mais baixa entre os países de língua portuguesa em termos de transparência do orçamento do Estado, logo atrás de São Tomé e Príncipe com 29. Em **Angola**, há dois anos, a AN e as comissões especializadas introduziram consultas públicas sobre o Orçamento Geral do Estado. Os contributos das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em termos de análise do Orçamento do Estado e das contas públicas (tais como os fornecidos pela ADRA: Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) são tidos em consideração no âmbito do processo parlamentar de aprovação do orçamento. No entanto, estas são experiências incipientes e limitadas devido à escassa divulgação e discussão pública das contas públicas e da indisponibilidade de relatórios de execução orçamental. Em São Tomé e Príncipe, como resultado do exercício da IOA realizado em 2011, testou-se uma metodologia participativa com a participação piloto de algumas OSC.

Em **Cabo Verde**, existe pouco envolvimento das OSC nas políticas relacionadas com o orçamento. O governo facilita a discussão sobre o Orçamento Geral do Estado no Conselho de Concertação Social, onde as instituições não-governamentais que são convidadas a participar incluem sindicatos, associações patronais, entidades privadas, etc., ao passo que o Parlamento não dispõe de mecanismos disponíveis para interagir com a sociedade civil. Em termos de transparência, o grande público pode ter acesso às informações através dos sítios web do TC e do Ministério das Finanças.

Na **Guiné-Bissau**, a sociedade civil está longe de estar envolvida em discussões sobre questões orçamentais/GFP. A condição prévia para o seu envolvimento seria, no entanto, dispor da informação necessária, o que não se cumpre por enquanto.

Em **Moçambique**, as OSC não estão fortemente envolvidas em questões técnicas de GFP, mas têm vindo a organizar-se cada vez mais em torno da análise do orçamento, aquisições e corrupção, e, recentemente, na extração de recursos naturais. Uma maior interação das OSC nas políticas relacionadas com o orçamento tem vindo a ser fomentada pelo Fórum de Monitorização do OGE, uma plataforma de cerca de 30 organizações da sociedade civil incluindo a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) e o Centro da Integridade Pública (CIP), que trabalham em questões de GFP com o apoio técnico e financeiro da UNICEF. No que diz respeito à transparência, apesar de um aumento da disponibilidade de documentos on-line, existem áreas importantes em que o acesso à informação continua a ser difícil, nomeadamente: os relatórios específicos de auditoria do TC, os relatórios financeiros de empresas públicas, informações sobre concessões e contratos no domínio da extração de recursos naturais. O governo decidiu preparar para 2013 um «orçamento do cidadão» que visa garantir a Transparência Orçamental.

Em **Timor-Leste**, o *Parlamento Nacional* interage com a sociedade civil através de audições públicas, reclamações individuais e visitas no terreno. Os debates parlamentares no plenário sobre o orçamento são abertos com cobertura de rádio e de televisão ao vivo e as OSC estão autorizadas a participar nas discussões das Comissões. Em 2013, o Parlamento Nacional criou uma «Comissão *ad hoc* para Compilar e Analisar Propostas Consensuais de Alteração à Proposta de Orçamento do Estado».

No geral, as limitações podem ser resumidas da seguinte forma:

- ✓ Conhecimento técnico insuficiente dos funcionários dos parlamentos e TC;

⁹De acordo com o Índice Orçamental Aberto (IOA)⁹, em **Angola** e **São Tomé & Príncipe** existe informação mínima disponibilizada ao público em documentos orçamentais durante o ano.

- ✓ Sistemas Integrados de Gestão sobre as finanças públicas com lacunas ou inexistentes nos parlamentos e nos TC¹⁰;
- ✓ Poucas interações técnicas entre o parlamento do país e o TC;
- ✓ Insuficientes intercâmbios técnicos entre os parlamentos dos PALOP e de Timor-Leste sobre estas matérias, assim como a falta de intercâmbio técnico entre os TC dos PALOP e de Timor-Leste;
- ✓ Websites desatualizados e/ou baixa interatividade;
- ✓ Mecanismos insuficientes para garantir a transparência pública do orçamento e envolvimento limitado de OSC nas políticas de GFP e orçamento.

Em todos os países beneficiários, os órgãos de comunicação informam sobre as questões orçamentais embora existam algumas restrições não oficiais relativamente a algumas delas. O acesso dos órgãos de comunicação a informação relevante é limitado e existem algumas restrições em termos da capacidade técnica dos jornalistas quando se trata de analisar estas questões em detalhe.

1.3.Lições aprendidas

A Avaliação de 2012 do Programa de Cooperação EU - PALOP-TL é uma boa fonte aprendizagem, cujas conclusões e recomendações mais relevantes devem ser tidas em conta. Assim, a apreciação positiva da cooperação PALOP-TL irá resultar num diálogo político de alta qualidade para tratar de questões políticas sensíveis, tais como a transparência do orçamento e das contas públicas. Os desafios de gestão resultantes da descontinuidade geográfica serão abordados através de uma ampla utilização de procedimentos suportados pelas TIC, ao mesmo tempo que se conta com os escritórios do PNUD presentes em cada país, pois isto tem demonstrado ser eficaz em outros programas idênticos.

As lições aprendidas de projetos anteriores apontam para duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à necessidade de assegurar a apropriação das ações propostas, em particular, tendo em conta a natureza politicamente sensível tanto do tema como das instituições beneficiárias. Com base nisso, as discussões diretas com os principais beneficiários através da rede de escritórios do PNUD nos países beneficiários, o que implicou também organização de missões de avaliação de necessidades em 4 dos 6 países beneficiários.

A segunda questão relaciona-se com a sustentabilidade do projeto. Relativamente a isto, a estratégia de saída do projeto baseia-se em duas dimensões, ambas ancoradas numa abordagem de reforço dos sistemas. Uma das dimensões visa assegurar que capacidades técnicas e funcionais adequadas são desenvolvidas/reforçadas no seio das instituições e ferramentas fornecidas para continuar a aprender e a trocar experiências entre pares para além do ciclo de vida do projeto. A outra dimensão garante que um grande grupo de atores relevantes são envolvidos e beneficiam do projeto, levando assim a benefícios a longo prazo para a transparência e controlo do sistema. Este atores incluem desde as ISC, os Parlamento e parlamentares eleitos, e as OSC aos demais intervenientes no processo de controlo interno e outras instituições existentes nos PALOP. Com efeito, o projeto irá utilizar as ações de formação como ferramenta para melhorar as competências e as credenciais dos atores e instituições beneficiárias, ao mesmo tempo que promove o estabelecimento de plataformas de e-learning em Português garantindo meios de acesso duradouro a bases de dados e informações em Português.

¹⁰Situação muito variável dependendo do país. No caso de Cabo Verde, o SIGOV é conhecido como uma «boa prática».

O projeto irá igualmente contribuir para o estabelecimento de uma primeira plataforma multi-país de organizações da sociedade civil (OSC PALOP-TL), apresentando lições e progressos realizados por essas organizações no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Outras atividades que têm como objetivo promover a sustentabilidade do projeto irão complementar e apoiar o plano de ação multi-país da O-ISC CPLP (organização das instituições supremas de Controlo da CPLP) e promover a cooperação com o IGEF, envolvendo estas instituições em atividades de formação e capacitação a nível transnacional. A sustentabilidade institucional será assim assegurada através da formação de auditores que se tornarão formadores e poderão dar formação a outros auditores, funcionários e deputados dos Paramentos, bem como os intervenientes das OSC/Meios de Comunicação. Trata-se de RH que formarão equipas para a constituição de uma base de dados no âmbito da O-ISC CPLP - alimentando também ações do IGEF e o âmbito de trabalho. Além disso, a sustentabilidade institucional da OSC/ONG correspondente será assegurada através do apoio à instalação da plataforma OSC multi-país, utilizando as lições e progressos realizados por meio de reuniões e fóruns de organizações da sociedade civil no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP.

A sustentabilidade financeira é assegurada evitando a criação de unidades/estruturas temporárias de gestão de projetos em todos os países beneficiários e colocando a ênfase no desenvolvimento de capacidades nas ISC e pessoal das Comissões/Administração do Parlamento (nível nacional), e no âmbito do atual O-SAI CPLP e da plataforma multi-país OSC trabalhando com a Iniciativa do Orçamento Aberto. A implementação do PNUD permite à gestão do projeto levar a cabo ações e realizar operações simultaneamente, independentemente da sua dimensão e complexidade, nos diferentes países beneficiários. Como tal, fundos importantes são libertos da gestão e direcionados para a cobertura dos custos operacionais e atividades de reforço das capacidades das instituições e atores beneficiários. A aquisição de bens, TIC e equipamentos será feita de acordo com as regras e procedimentos de aquisição do PNUD, baseada em princípios de bons preços e usando a concorrência internacional em conformidade.

A propriedade de bens duráveis adquiridos pelo projeto será transferida em conformidade com as disposições das Condições Gerais – Anexo 2 do Acordo de Contribuição UE-PNUD. As TIC (*hardware* e *software*) adquiridas dizem respeito a programas essencialmente necessários para a transparência e eficiência na gestão financeira e supervisão/auditoria de despesas. Estas e outras ações são detalhadas na Secção IV.

1.4. Ações complementares

Existe uma série de iniciativas em curso que visam apoiar a gestão das finanças públicas em muitos dos países beneficiários da presente ação, apoiadas por uma série de parceiros.

Em **Timor-Leste**, existe um projeto em curso financiado pela UE no âmbito do 10º FED para apoiar a criação da ISC, com o apoio técnico da ISC de Portugal através de um Acordo de Delegação com o IPAD (agora CICL). Um projeto em andamento de 2 milhões de euros para *apoiar o setor da justiça* tenta assegurar uma divulgação mais ampla das questões sobre o recentemente criado tribunal junto da sociedade civil. Uma proposta de projeto para *Apoiar a Reforma da GFP* está em discussão.

Em **Mozambique**, existe um projeto de 9 milhões de euros financiados pela UE no âmbito do FED para apoiar o Estado de Direito e a responsabilidade pública, tendo como parceiros a Assembleia, o Supremo Tribunal e o Ministério Público. Um outro *programa* de 7 milhões de euros visa apoiar *a reforma da gestão das finanças públicas*, beneficiando o Tribunal Administrativo - na sua capacidade da Autoridade Superior de Controlo.

Em **São Tomé e Príncipe**, a UE tem vindo a fornecer assistência técnica para permitir que o Ministério das Finanças produza as contas gerais do Estado.

Além disso, o **PNUD** está a prestar apoio aos Parlamentos para melhorarem a supervisão e capacidade legislativa das comissões especializadas, deputados e funcionários, em particular nos domínios da Despesa Pública, do Orçamento do Estado e das Políticas Governamentais. Cabo Verde (0,1 milhões de euros)¹¹, Moçambique¹² (0,1 milhões de euros), e Timor-Leste (financiado pela UE – 4 milhões de euros)¹³ são os principais beneficiários de cada apoio.

Em **Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**, tem sido prestado um grande apoio às Instituições Supremas de Controlo com o apoio financeiro da UE e outros parceiros. Nos **PALOP e Timor-Leste**, um projeto financiado pelo 10º FED está em fase de formulação e visa trabalhar no *Apoio à Criação do Instituto de Formação para a Gestão Financeira e Económica em Língua Portuguesa* (IGEF). O projeto proposto pode representar uma boa oportunidade para promover sinergias nas atividades de formação previstas, desde que o IGEF esteja totalmente operacional no início do presente projeto.

Com efeito, enquanto o IGEF visa reforçar as capacidades humanas e institucionais nas grandes questões de GFP cobrindo um grande grupo de partes interessadas, dos governos ao setor privado, o presente projeto visa reforçar o próprio sistema de GFP, com enfoque no controlo externo e civil das finanças públicas e das ações do governo por todos os intervenientes relevantes, das ISC aos parlamentos e Sociedade Civil. Alguns dos componentes de formação desta abordagem poderiam ser parcialmente levados a cabo pelo IGEF.

Por outro lado, o presente projeto irá alimentar a Base de Dados Jurídica dos PALOP (<http://www.legis-palop.org/>), desenvolvida no âmbito do *Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Jurídicos dos PALOP*, financiado pela UE no quadro do 9º FED. No campo da governação eletrónica (e-gov), o projeto fará a ligação com o futuro *projeto PALOP-TL para melhorar a qualidade e proximidade dos serviços públicos* na implementação de atividades diretamente ligadas aos sistemas de informação e ferramentas baseados nas TIC. Finalmente, o projeto poderá beneficiar da metodologia dos grupos de trabalho e da abordagem regional do Programa Global para Reforço Parlamentar (AGORA - GPPS: <http://www.agora-parl.org/>), gerido pelo PNUD, que permitirá a discussão de questões delicadas ao nível de vários países PALOP & TL promovendo reformas democráticas.

Os objetivos e resultados esperados, atividades e metas do projeto são complementares ao projeto para o reforço do Estado de Direito nos PALOP-TL (ED PALOP-TL), um projeto de 8,4 milhões de euros implementado em parceria com Camões, por um período de 4 anos. Na realidade, o projeto ED PALOP-TL tem como objetivo consolidar o Estado de Direito pelo combate à corrupção, lavagem de dinheiro e o crime organizado, com enfoque considerável no reforço das capacidades de coacção entre as instituições PALOP-TL relevantes; promover reformas legais para combater atividades criminosas e a corrupção; levar a cabo formações e divulgar informações aos deputados e altos funcionários públicos.

¹¹ A terminar em 2012, este projeto disponibiliza cerca de 80.000 dólares de apoio direto para reforçar sete comissões especializadas, incluindo a comissão de Finanças e Orçamento através do desenvolvimento de capacidades e intercâmbio de aprendizagem/experiências entre pares.

¹² Projeto 2012-2015 de apoio à comissão especializada de planeamento e Orçamento - 55.000 dólares; apoio técnico a comissões especializadas - 25.000 dólares; Apoio a comissão especializada em questões legais (anticorrupção) - 25.000 dólares.

¹³ Projeto 2012-2015 financiado pela UE até 4 milhões de euros e implementados pelo PNUD. Entre outras coisas, visa com 0,5 milhões de euros reforçar as fundações democráticas de supervisão, responsabilização e através de intervenções de desenvolvimento de capacidades no Parlamento Nacional. Isto inclui mecanismos de supervisão e capacidades melhoradas; (3) capacidades internas de análise orçamental reforçadas.

Não existem riscos de sobreposição ou duplicação entre os dois projetos, uma vez que, apesar de algumas instituições beneficiárias poderem ser as mesmas (o Parlamento, OSC, TC e, eventualmente, MF), as mesmas estarem envolvidas com âmbitos completamente diferentes e usando diferentes unidades e RH. Este baixo risco de sobreposição é extensível às TIC e outros equipamentos a serem adquiridos devido aos motivos acima referidos e ao tipo de TIC adquiridas em cada projeto. Finalmente, o projeto proposto, conforme discutido com todas as partes interessadas nos países beneficiários, com base numa dimensão multi-país PALOP-TL, deverá ter uma abordagem complementar às iniciativas de âmbito nacional existentes. Trata-se de salientar a construção e consolidação de competências e redes através da **aprendizagem entre pares, intercâmbio de experiências e cooperação Sul-Sul entre as instituições PALOP-TL**, limitando assim de forma razoável o recurso sistemático mais clássico a expertise internacional. Os recursos internos a serem consolidados e utilizados a este respeito reforçam a estratégia de sustentabilidade do projeto.

1.5.Coordenação de doadores

O projeto é um bom exemplo de coordenação e harmonização, em linha com os Princípios de Paris e Accra sobre eficácia da ajuda, porque:

- a. responde às necessidades específicas dos beneficiários e assenta nos resultados de consultas com os intervenientes relevantes;
- b. implica uma forte coordenação entre os intervenientes por meio de um mecanismo de coordenação de três níveis (gestão diária assegurada pela Unidade de Gestão do Projeto, acompanhamento a nível nacional no âmbito da Comissão de Coordenação de País para cada PALOP e Timor-Leste e supervisão supranacional na Comité de Pilotagem do Projeto). Este mecanismo assegura a alocação adequada de recursos ao longo do ano para a financiar a implementação harmonizadas das atividades aos níveis nacional e multi-país, de acordo com a estratégia multinacional acima indicada.
- c. visa apoiar o desenvolvimento das capacidades das instituições nacionais e sociedade civil e dar apoio no quadro das estratégias nacionais dos países beneficiários, suas instituições e procedimentos;
- d. pretende complementar e reforçar os esforços empreendidos pelos diferentes parceiros a nível nacional, evitando a duplicação através da diversificação das atividades implementadas. As partes interessadas do Projeto a nível nacional, incluindo as OSC e os representantes dos órgãos de comunicação, irão reunir-se semestralmente nos Comités de Coordenação de País.

O Comité de Pilotagem do Projeto irá reunir-se uma vez por ano. A coordenação dos doadores estará intimamente relacionada em cada país com as estruturas nacionais de coordenação e haverá uma tentativa de evitar a duplicação de estruturas. Os resultados e as atividades do projeto serão devidamente reportados nos quadros de diálogo do desempenho da GFP em países com apoio orçamental da UE e através de mecanismos de coordenação do setor, tais como o grupo de coordenação existente com o TC em Cabo Verde em que participam a UE, o PNUD, França e Portugal. Por outro lado, sempre que justificável, o projeto assegurará sinergias e coordenação com outros atores internacionais (e.g. BM e UNODC) que estejam implicados em ações e projetos de âmbito similar ao do presente projeto.

SECÇÃO II

2. OBJETIVOS, RESULTADOS ESPERADOS, ATIVIDADES PREVISTAS E ESTRATÉGIA DO PROJETO

2.1. Objetivos

O **objetivo geral** é de promover a governação económica nos PALOP e em Timor-Leste e reforçar as competências técnicas e funcionais das ISC, dos Parlamentos e da Sociedade Civil.

O **objetivo específico** é o de melhorar e tornar mais eficaz o controlo externo político, judicial e civil das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste, para uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos públicos.

O projeto irá abordar diretamente a boa governação e a democracia, reforçando o sistema de prestação de contas com controlo externo e independente das finanças públicas como o objetivo específico. Como parte do projeto, iniciativas para responder ao direito dos cidadãos à informação e de apoio transversal à promoção da igualdade de género na despesa pública, irão produzir resultados transformacionais e sustentáveis para além do ciclo de vida do projeto (ou seja, atividades de formação e sensibilização sobre a igualdade de género, em particular no seguimento de marcadores de género na despesa pública, dirigidas a Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil). O PNUD irá associar-se às unidades da ONU Mulher ao nível dos escritórios de país aquando da conceção dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) e atividades de formação. As plataformas e soluções de TIC irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais ao projeto (ou seja, utilização de videoconferência e ferramentas de TI). As questões ambientais serão tidas em consideração em determinadas atividades quando se justificar e de acordo com as estratégias e prioridades nacionais dos países parceiros, tais como o reforço das capacidades de supervisão no domínio da extração de recursos naturais em Moçambique.

2.2. Resultados esperados

O projeto prevê dois resultados que contribuem diretamente para o objetivo específico:

RESULTADO 1:

As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado visa a transferência de capacidades, ferramentas e práticas para as ISC nos PALOP e em Timor-Leste, com o objetivo de aumentar e melhorar o seu controlo externo e independente sobre a gestão financeira e pública. De acordo com a lógica de intervenção multi-país do projeto, este processo será reforçado pela cooperação Sul-Sul PALOP-TL, no quadro das iniciativas de cooperação existentes no âmbito da CPLP e novas oportunidades de aprendizagem e de troca de experiências entre pares.

RESULTADO 2:

As capacidades de supervisão dos Parlamentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em Timor-Leste num contexto de aprendizagem entre pares.

Este resultado tem como objetivo melhorar o controlo político e civil da ação do governo e das finanças públicas com vista a cumprir os princípios democráticos que respeitem as normas/standards de publicidade e credibilidade. O contexto multi-país dos PALOP e Timor-

Leste permitirá a criação de mecanismos de avaliação pelos pares que beneficiam Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil, num contexto de experiência comparativa e maior acesso à informação.

2.3. Cronograma de atividades e implementação

A estratégia definida pelo projeto tem em conta os diferentes contextos dos seis países beneficiários e a lógica de intervenção multi-país da cooperação PALOP e Timor-Leste. A estratégia procura melhorar o controlo político, judicial e civil e a fiscalização da ação governamental e das contas públicas através de ações que beneficiem as ISC, os Parlamentos e as OSC.

O plano de ação inclui atividades multi-país que promovem a cooperação Sul-Sul PALOP-TL (formação presencial e *e-learning*, *workshops*, visitas de estudo e iniciativas de aprendizagem entre pares) e as atividades nacionais que visam abordar as necessidades específicas de cada país beneficiário (formação, mudanças organizacionais, elaboração de manuais, desenvolvimento de capacidades, etc.).

Durante o processo de formulação do projeto, elaborou-se um plano de ação indicativo satisfazendo a avaliação de necessidades dos países beneficiários e as indicações dos principais beneficiários e partes interessadas, consultados durante as missões no terreno levadas a cabo pelo PNUD, em maio de 2013.

A implementação das atividades previstas durante o período de execução do projeto de três anos será feita na base em Planos de Trabalho Anuais (PTAs). O arranque do projeto terá uma fase inicial de um máximo de quatro meses a partir da assinatura do Acordo de Contribuição com o PNUD. Nesta fase inicial, serão desenvolvidos e aprovados os PTAs para cada país de forma participativa, identificando com precisão os países charneira e os fatores causadores de uma dinâmica de mudança em apoio à estratégia de sustentabilidade do projeto.

A fase inicial irá, essencialmente, permitir dar respostas à medida das necessidades específicas, caso a caso, mantendo a abordagem geral do projeto e do programa – colocando os países mais dinâmicos e desenvolvidos no domínio do projeto na linha da frente da promoção da mudança. A fase inicial também irá permitir que a gestão do projeto finalize a análise dos riscos, defina o plano de S&A do projeto e chegar a acordo com a delegação da UE e o beneficiário sénior do projeto sobre o plano de visibilidade do projeto. A estratégia de saída do projeto será finalizada durante a fase inicial, revista no início do segundo ano e atualizada no início do último ano.

As atividades a levar a cabo durante a fase inicial (período não superior a 4 meses) são:

- (A1) Preparação e acordo com as partes interessadas de todos os países beneficiários relativamente ao plano e cronograma das missões;
- (A2) Formulação e aprovação (pelos Comités de Coordenação de País) dos Planos Trabalho Anuais (PTAs) para 3 anos em todos os países beneficiários;
- (A3) Revisão/atualização da estratégia de saída do projeto;
- (A4) Formulação/aprovação do plano de visibilidade do projeto;
- (A5) Formulação/atualização do plano S&A do projeto.

Além disso, estão previstas atividades diárias de gestão do projeto a fim de apoiar a implementação em todos os países beneficiários. Estas são ações operacionais consideradas elegíveis e não são custos gerais de gestão da organização. As ações de gestão incluem, mas não se limitam:

- (A1) Arranque operacional do projeto, desenvolvimento de TR e recrutamento de UGP;
- (A2) Instalação de ferramentas e diretrizes de gestão e financeiras do projeto;
- (A3) Atividades de gestão diária do projeto;
- (A4) Implementação de missões de seguimento aos países beneficiários;
- (A5) Organização dos comités de pilotagem do Projeto;
- (A6) Coordenação e realização da fase inicial. A fase inicial será realizada em conjunto com as atividades de gestão do projeto e no âmbito das mesmas disposições orçamentais.

Resultado 1: As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem entre pares.

O desenvolvimento de capacidades das ISC será alcançado através de *expertise* e aconselhamento de alto nível em diferentes domínios, bem como da melhoria dos sistemas de gestão da informação. Além das ações específicas de cada país, ajustadas às necessidades das instituições relevantes, estão previstas iniciativas multinacionais para reforçar as estruturas de cooperação supranacionais em curso, tais como a Organização das ISC da CPLP, e a criação de novas oportunidades de aprendizagem, troca de experiências e aprendizagem entre pares. As atividades abrangentes destinadas a alcançar este resultado são as seguintes:

- ✚ A.1) Formação sobre gestão e auditoria de finanças públicas;
- ✚ A.2) Assistência Técnica para conceção, programação e planeamento orçamental;
- ✚ A.3) Aquisição de equipamentos e assistência técnica para a integração de sistemas de contabilidade e de informação na gestão e auditoria das finanças públicas - ver quadro de resultados e recursos para obter detalhes adicionais sobre a natureza dos equipamentos a serem adquiridos;
- ✚ A.4) Assistência técnica para reforçar a prestação de contas - padronização das normas de relato financeiro;
- ✚ A.5) Formação, *workshops* e visitas de estudo para troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e em TL entre:
 - ✚ A.5.1) ISC e Parlamento de cada país;
 - ✚ A.5.2) ISC e sociedade civil de cada país;
 - ✚ A.5.3) PALOP-TL ISC;
- ✚ A.6) Exercícios sobre lições aprendidas – G&A dos resultados do projeto.

Resultado 2: As capacidades de supervisão dos Parlamentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em Timor-Leste num contexto de aprendizagem entre pares.

O desenvolvimento de capacidades dos Parlamentos será alcançado através do *expertise* e aconselhamento de alto nível em diversos domínios, incluindo: reformas dos «quadros institucionais» (enfoque no Orçamento Geral do Estado e nas leis dos TC), questões de transparência fiscal e orçamental, sistemas de supervisão e fiscalização de orçamentos e contas, supervisão da despesa pública, controlo e políticas orçamentais, entre outros. Do mesmo modo, as OSC em todos os países parceiros irão beneficiar de formação especializada na área de controlo e políticas orçamentais. Serão concedidos *Grants* às OSC locais em cada país dos

PALOP e TL para implementar ações no país por via de um programa internacional integrado de *Grants*.

Uma abordagem sensível ao o género será integrada em atividades implementadas, tanto com os Parlamentos, como com as OSC. Ao nível multi-país dos PALOP e TL, estão previstas iniciativas de aprendizagem entre pares, a troca de experiências e promoção de boas práticas. Como resultado do projeto, espera-se vir a criar um fórum para o intercâmbio de boas práticas das OSC sobre monitorização da despesa pública com comunicação/publicidade dos resultados nos PALOP e em TL. As atividades abrangentes destinadas a alcançar este resultado são as seguintes:

- ✚ A.7) O desenvolvimento de capacidades e assistência à metodologia para apoiar as reformas dos quadros legais e institucionais, com particular enfoque na revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e o TC;
- ✚ A.8) Campanhas de sensibilização e informação sobre reformas legais dos sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo a promoção da transparência orçamental com informação fiscal e orçamental disponível para o público;
- ✚ A.9) Assistência técnica para reforçar os sistemas de auditoria e de monitorização dos orçamentos e das contas públicas com vista à análise e avaliação de documentos e projetos de lei sobre finanças públicas;
- ✚ A.10) Assistência técnica e o aconselhamento aos parlamentos nacionais sobre a fiscalização da despesa pública;
- ✚ A.11) Formação, *workshops* e viagens de estudo para troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e em TL:
 - ✚ A.11.1) Mecanismos estabelecidos nos parlamentos de cada país;
 - ✚ A.11.2) Parlamentos e sociedade civil de cada país;
- ✚ A.12) Programa internacional de Grants para a formação das organizações da sociedade civil e, possivelmente, dos jornalistas em matéria de controlo e políticas orçamentais.

2.4.Sustentabilidade e estratégia de saída do projeto

A Avaliação de 2012 do Programa de Cooperação EU - PALOP-TL é uma boa fonte de aprendizagem, cujas conclusões e recomendações relevantes devem ser tidas em conta. Assim, a apreciação positiva da cooperação PALOP-TL irá resultar num diálogo político de alta qualidade para tratar de questões políticas sensíveis, tais como a transparência do orçamento e das contas públicas. Os desafios de gestão resultantes da descontinuidade geográfica serão abordados através de uma ampla utilização de procedimentos suportados pelas TIC, ao mesmo tempo que se conta com os escritórios do PNUD presentes em cada país, pois isto tem demonstrado ser eficaz em outros programas idênticos.

As lições aprendidas de ações anteriores apontam para duas questões fundamentais que passamos a indicar: Uma diz respeito à necessidade de assegurar a apropriação nacional das ações do projeto, em particular, tendo em conta a natureza politicamente sensível tanto do tema como das instituições beneficiárias. Com base nisso, foram realizadas as discussões diretas com os principais beneficiários através da rede de escritórios do PNUD nos países, o que implicou levar a cabo missões de diagnóstico de necessidades em 4 dos 6 países. A segunda questão relaciona-se com a sustentabilidade do projeto. Relativamente a isto, a estratégia de saída do projeto baseia-se em duas dimensões, ambas ancoradas numa abordagem de reforço do sistema.

A segunda questão relaciona-se com a sustentabilidade do projeto. Relativamente a isto, a estratégia de saída do projeto baseia-se em duas dimensões, ambas ancoradas numa abordagem de reforço dos sistemas. Uma das dimensões visa assegurar que capacidades técnicas e funcionais adequadas são desenvolvidas/reforçadas no seio das instituições e ferramentas fornecidas para continuar a aprender e a trocar experiências entre pares para além do ciclo de vida do projeto. A outra dimensão garante que um grande grupo de atores relevantes são envolvidos e beneficiam do projeto, levando assim a benefícios a longo prazo para a transparência e controlo do sistema. Este atores incluem desde as ISC, os Parlamento e parlamentares eleitos, e as OSC aos demais intervenientes no processo de controlo interno e outras instituições existentes nos PALOP.

Com efeito, o projeto irá utilizar as ações de formação como ferramenta para melhorar as competências e as credenciais dos atores e instituições beneficiárias, ao mesmo tempo que promove o estabelecimento de plataformas de e-learning em Português garantindo meios de acesso duradouro a bases de dados e informações em Português. O projeto irá igualmente contribuir para o estabelecimento de uma primeira plataforma multi-países OSC PALOP-TL apresentando lições e progressos realizados pelas organizações da sociedade civil no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Outras atividades que têm como objetivo promover a sustentabilidade irão complementar e apoiar o plano multi-países O-ISC CPLP e promover a cooperação com o IGEF, envolvendo esta instituição em atividades de formação e capacitação a nível transnacional.

A eficácia do projeto será reforçada por via de sinergias (diálogo e trocas) entre os três grupos de beneficiários (Tribunais de Contas, Parlamntos nacionais, e OSCs). Alguns problemas estruturais das ISC (falta de independência e ausência de provisões legais que obriguem à publicação de relatórios, etc.) poderão ser discutidos com as comissões parlamentares envolvidas no projeto.

As ONGs têm demonstrado evidentes dificuldades no domínio da fiscalização/seguimento das finanças públicas, dado o tipo de expertise que essa tarefa requer e a falta de instrumentos de acesso fácil à informação. Esta questão será realçado no projeto através do reforço das atividades que visam as OSC.

O impacto do projeto irá depender, no longo prazo, do sucesso de sua estratégia de saída e sustentabilidade das suas ações e atividades. É crucial que o beneficiário do projeto desenvolva sinergias e dinâmicas que continuem a existir após o término do projeto. A melhor forma de o fazer é através do desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos no âmbito das instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve visar competências profissionais e melhoria/desenvolvimento de capacidades de formação interna no campo do controlo externo das contas e finanças públicas, em particular, os TC nos PALOP e em Timor-Leste.

Por outro lado, é de crucial importância que o projeto seja capaz de usar estes RH em atividades de formação dirigidas a outras instituições (Parlamento - funcionários e deputados -, OSC e órgãos de comunicação), mas também levado a cabo por outras instituições importantes dos PALOP/CPLP com o mandato e perfil para dar formação e promover outras atividades de desenvolvimento de capacidades relevantes. Nesses casos, quando as capacidades de implementação e de entrega estiverem estabelecidas, o projeto vai definir subsídios (com ONG/OSC sem fins lucrativos) ou cartas de acordos com as instituições do Estado para associar estas instituições na sua componente do desenvolvimento de capacidades transnacionais e programa de formação. Este seria o caso da Organização das ISC da CPLP (O-ISC CPLP) no curto prazo e, no longo prazo, o caso do IGEF.

A sustentabilidade do projeto será complementada através do seu apoio à sociedade civil numa plataforma multi-país (para além de ações nacionais). Isto será alcançado através da criação de uma plataforma de OSC multi-país PALOP-TL usando lições e progressos realizados reuniões e fóruns de organizações da sociedade civil no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP / CPLP.

Finalmente, o projeto vai criar plataformas de e-learning (online e via CD) em português através da colaboração com AGORA/GPPS (<http://www.agora-parl.org/node/1679>) e assegurar meios de acesso duradouro à base de dados e informações em português, através da colaboração com a Base de Dados Jurídica dos PALOP (<http://www.legis-palop.org/>) e AGORA/GPPS.

Neste contexto, o projeto terá uma estratégia de saída baseada na sua abordagem de sustentabilidade que irá:

1. Utilizar ações de formação como ferramenta para melhorar a profissionalização, disponibilizando credenciais de formação reconhecidas internacionalmente aos auditores dos PALOP-TL que trabalham nos TC desses países. Esses auditores serão formadores e serão capazes de treinar outros auditores, funcionários do Parlamento e deputados, bem como intervenientes OSC/Órgãos de Comunicação. Eles serão também utilizados nas formações transnacionais que serão realizadas em colaboração com o IGF e a O-ISC CPLP.
2. Ter como alvo o pessoal administrativo do parlamento em apoio às comissões parlamentares especiais. A formação, incluindo FdF, irá privilegiar o pessoal administrativo em apoio às correspondentes comissões parlamentares especiais como forma de manter as competências de formação *in-house*.
3. Criar uma primeira plataforma multi-país OSC usando lições e progressos realizados através de reuniões e fóruns de organizações da sociedade civil no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP. Um programa abrangente de Bolsas será criado com o objetivo de reforçar as OSC que lidam com questões de corrupção e supervisão civil da despesa pública nos países beneficiários. Isto será feito através de atividades de formação de alto nível que envolvem essas OSC/ONG e instituições especializadas (sem fins lucrativos) reconhecidas internacionalmente. Além disso, o Subsídio e estas ações de formação permitirão a criação da plataforma PALOP-TL OSC acima referida, onde muitos assuntos e discussões delicadas serão realizadas com mais impacto, considerando as restrições sentidas, por vezes, a nível nacional.
4. Apoiar a implementação do plano multi-país O-ISC CPLP, com especial enfoque no desenvolvimento de uma rede de auditores formadores de auditores (sinergia com o ponto i). Este plano prevê atividades de formação e intercâmbios Sul-Sul entre ISC CPLP, utilizando as capacidades de alguns em benefício das necessidades de outros. O plano é atualizado anualmente e poderia ser apoiado pelo projeto com maior enfoque no desenvolvimento de uma rede de auditores formadores de auditores no âmbito da O-ISC CPLP.
5. Disponibilizar formação e outras atividades relevantes previstas a nível transnacional através de acordos de cooperação com o IGF, envolvendo esta instituição em atividades de formação e tradução (revisão). Quando o IGF estiver operacional, e isso pode acontecer em qualquer fase da implementação do projeto, a instituição estará totalmente envolvida em formações que serão feitas a nível transnacional (formações dirigidas às ISC, Funcionários de Parlamntos e OSC/Órgãos de Comunicação de todos os países beneficiários. O IGF não estará envolvido nas formações nacionais, identificadas

durante as missões de formulação. O IGF também será convidado a apoiar a tradução de material importante da AGORA e outra literatura relevante no domínio do projeto. Isto será feito essencialmente através da revisão de textos.

6. Criação de plataformas e-learning (online e via CDs) em português através da colaboração com a AGORA/GPPS (<http://www.agora-parl.org/node/1679>) – em sinergia com o ponto anterior.
7. Promover o acesso duradouro permanente a base de dados e informações em português, através da colaboração com a Base de Dados Jurídica dos PALOP (<http://www.legis-palop.org/>) e AGORA/GPPS - em sinergia com o ponto v) e vi).

Tal como mencionado anteriormente, a sustentabilidade institucional será assim assegurada através da formação de auditores que se tornarão formadores e serão capazes de dar formação a outros auditores, funcionários e deputados do Parlamento, bem como os intervenientes das OSC/Meios de Comunicação. Trata-se de RH que constituirão equipas para a constituição de uma lista no âmbito da O-ISC CPLP - também alimentando ações do IGEF e o âmbito de trabalho. Além disso, a sustentabilidade institucional da OSC/ONG correspondente será assegurada através do apoio à instalação da plataforma OSC multi-país, utilizando as lições e progressos realizados por meio de reuniões e fóruns de organizações da sociedade civil no âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto PALOP/CPLP.

A sustentabilidade financeira é assegurada evitando a criação de unidades/estruturas temporárias de gestão de projetos em todos os países beneficiários e colocando a ênfase no desenvolvimento de capacidades nas ISC e pessoal das Comissões/Administração do Parlamento (nível nacional), e no âmbito do atual O-ISC CPLP e da plataforma multi-país OSC trabalhando com a Iniciativa do Orçamento Aberto.

A implementação conjunta com o PNUD permite à gestão implementar as ações do projeto e realizar operações independentemente da sua dimensão e complexidade em todos os diferentes países beneficiários simultaneamente. Como tal, são libertos importantes fundos que permitem a cobertura dos custos operacionais e de atividades dirigidas às capacidades destas instituições. A aquisição de bens, TIC e equipamentos será feita de acordo com as regras e procedimentos de aquisição do PNUD, baseada em princípios de bons preços e usando a concorrência internacional em conformidade. A propriedade de bens duradouros adquiridos pelo projeto será transferida após o encerramento do projeto, de acordo com a União Europeia. As TIC (*hardware* e *software*) adquiridas dizem respeito a programas essencialmente necessários para a transparência e eficiência na gestão financeira e supervisão/auditoria de despesas.

Espera-se que todas essas ações se baseiem nas lições e capacidades existentes (humanos e institucionais) nos países centrais, Cabo Verde e Moçambique, com progresso reconhecido nos diferentes domínios do projeto. A estratégia de sustentabilidade e de saída será finalizada durante a fase inicial e aprovada pelas partes interessadas do projeto. No segundo ano de implementação, esta estratégia vai ser revista, e atualizada no terceiro ano de implementação, com base nos exercícios de lições aprendidas e os resultados de G&A.

2.5.Riscos

| Risco | Nível | Medida atenuante |
|---|--------------|--|
| Falta de vontade dos governos para disponibilizarem dados sobre a execução orçamental | Médio a alto | O diálogo político com os países dos PALOP e TL e a pressão dos pares sobre a transparência orçamental, especialmente em países que recebem apoio orçamental da UE |

| | | |
|---|-------|--|
| Falta de vontade dos Parlamentos de se envolverem na implementação do projeto | Médio | Planos de Trabalho Anuais devem ser redigidos conjuntamente com os beneficiários a abordarem as suas necessidades |
| A potencial politização da sociedade civil | Médio | Organização internacional sem fins lucrativos independente e especializada para manter as OSC focadas nas tarefas e atividades planeadas |
| Fracas capacidades técnicas dos beneficiários para discutirem | Médio | Atividades de capacitação visadas |
| Interferência política dificulta a implementação do projeto | Médio | Garantia de um diálogo político de alta qualidade com os PALOP e TL, bem como a pressão dos pares |
| Potencial impacto negativo da descontinuidade geográfica | Médio | Boa estrutura de gestão e coordenação para supervisionar a implementação do projeto a nível nacional e multi-país |
| As «influências externas» sobre o poder Legislativo (partidos políticos, ministérios das finanças, instituições financeiras internacionais e setor privado) diluem os incentivos das OSC para um escrutínio independente do executivo, dificultando a utilidade das informações fornecidas pela sociedade civil, e diluem o potencial de supervisão legislativa . | Médio | Este risco potencial foi considerado na conceção do projeto. As atividades e resultados do subsídio, em especial, a constituição de um fórum/plataforma a nível internacional (PALOP e Timor-Leste, em sinergia com a organização ISC CPLP) e ações relacionadas, é um mecanismo e uma resposta a tais riscos A meta do projeto é aumentar as capacidades desses intervenientes de cumprirem o seu papel de forma eficaz, não necessariamente aumentar as capacidades do governo de trabalhar nesses campos. |

NB: Será desenvolvido um Registo de Risco durante a fase inicial que será incluído no Anexo ao presente Documento do Projeto.

2.6. Questões transversais

Esta ação irá abordar diretamente a boa governação e a democracia reforçando o sistema de prestação de contas com controlo externo e independente das finanças públicas como o objetivo específico. Como parte da ação, respondendo ao direito dos cidadãos à informação, e apoiando a promoção da igualdade de género na despesa pública irá produzir resultados transformacionais que deverão ser sustentados para além do ciclo de vida do projeto (ou seja, atividades de formação e sensibilização sobre a igualdade de género dirigidas a Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil).

O PNUD irá associar-se às unidades de Mulheres da ONU ao nível do escritório do país para a conceção dos PTA e atividades de formação. As plataformas e soluções de TIC irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais à ação (ou seja, utilização de videoconferência e ferramentas de TI). As questões ambientais serão tidas em consideração em determinadas atividades quando for o caso disso e de acordo com as estratégias e prioridades nacionais dos países parceiros, tais como o reforço das capacidades de supervisão no domínio da extração de recursos naturais em Moçambique.

2.7. Comunicação & Visibilidade

A gestão do projeto terá em conta os requisitos de visibilidade e de comunicação estabelecidos nas Condições Gerais, Artigo 6. As Orientações Comuns sobre Visibilidade das Ações CE-ONU no Terreno disponibilizam orientação adicional sobre os aspetos práticos. Durante a fase inicial do projeto, um plano de comunicação e visibilidade para as atividades de comunicação do projeto será discutido e acordado entre o PNUD e a UE.

Na preparação de um Acordo de Contribuição, tanto o PNUD como a CE devem concordar com a dotação financeira adequada a ser incluída no orçamento. O PNUD elabora um relatório sobre a implementação do plano de acordo com as exigências de reporte regular previstas no respetivo Acordo de Contribuição.

O principal objetivo do Plano de Ação Conjunta sobre a Visibilidade é a comunicação dos «resultados positivos da parceria» em todas as atividades de visibilidade com enfoque nos resultados e no impacto dos resultados. Irá evoluir ao longo da implementação do projeto e pode incluir comunicados de imprensa comuns, spots de TV, apresentações conjuntas, oportunidades de fotos e publicação do tipo política na imprensa especializada. O PNUD irá garantir que qualquer autorização interna política necessária relativamente às declarações públicas relacionadas com questões eleitorais é procurado.

Além das atividades de comunicação baseadas nas ações, sempre que possível e prático, a comunicação e a visibilidade devem ser estratégicas, e baseadas em conjuntos mais amplos de atividades ou programas, com enfoque em atividades que se prestam melhor a atrair o público-alvo. Este tipo de visibilidade deve procurar promover os PALOP e Timor-Leste e a parceria UE-ONU.

SECÇÃO III

3. IMPLEMENTAÇÃO

3.1.Localização

O projeto será implementado nos Países ACP de Língua Portuguesa (PALOP e Timor-Leste) - ou seja, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A unidade de gestão do projeto deve ser localizada em Cabo Verde, país líder do projeto.

3.2.Duração

O período de implementação específico deste projeto está definido nas Condições Especiais do Acordo de Contribuição entre a CE e o PNUD.

3.3.Configuração organizacional e responsabilidades

Este projeto vai ser implementado através da modalidade de gestão conjunta em que a contribuição da União Europeia vai ser confiada ao PNUD através de um Acordo de Contribuição Padrão compatível estabelecido ao abrigo do quadro geral do Acordo-Quadro Financeiro e Administrativo (FAFA).

A implementação do projeto vai seguir as modalidades de implementação do PNUD e as boas práticas de outros conhecidos Projetos Programas Conjuntos CE-PNUD e - por exemplo, o Projeto de Apoio 2010-12 aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e em Timor-Leste.

Quando o projeto for implementado pelo PNUD, todos os acordos contratuais e mecanismos de refinanciamento serão realizados de acordo com as regras aplicáveis e procedimentos adotados pelo PNUD. Considerando isso, as Bolsas (caso a capacidade de implementação e administração da CPLP ISC exista) para a ISC CPLP são uma opção potencial, mas a CPLP (não um membro desta organização e esta organização não sendo parte da CPLP) seria um parceiro no projeto.

A O-ISC CPLP (Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP) é uma associação autónoma e independente criada pela ISC na CPLP com vista à promoção do desenvolvimento e reforço institucional dos seus membros através da cooperação técnica, científica e cultural no domínio do controlo e supervisão do uso dos recursos públicos.

Esta organização fornece uma excelente plataforma multi-país (transnacional) de intercâmbios Sul-Sul, mas está estruturada para funcionar com base numa assembleia geral e reuniões ordinárias plenárias, portanto, não tem o objetivo, a estrutura ou a capacidade para ser um parceiro de implementação/parte. No entanto, esta associação poderia tornar-se um muito bom beneficiário para as atividades regionais do projeto no âmbito da Componente 1, mais especificamente as ações previstas no âmbito da atividade 5. A O-ISC CPLP seria um dos beneficiários do projeto, através do apoio prestado às atividades previstas nos seus planos de ação anuais (usando também auditores PALOP-TL como RH). Isto seria feito com o financiamento do projeto, apoio operacional e administrativo.

O PNUD estaria em posição de estabelecer subsídios também com o IGEF, com base do estatuto jurídico do instituto quando estiver formalmente estabelecido. Se o instituto for uma organização sem fins lucrativos, o PNUD irá estabelecer subsídios e se o Instituto for uma instituição do governo, o PNUD poderá estabelecer cartas de acordo com instituições governamentais. As Bolsas e os respetivos orçamentos teriam que ser aprovados pela comissão de direção do projeto.

Face ao exposto, a cooperação com o IGEF seria materializado através de subsídios estabelecidos pelo PNUD para o IGEF. As Bolsas seriam alocadas com base numa proposta de projeto e de orçamento, de acordo com as regras e procedimentos do PNUD. Esta cooperação só pode ser estabelecida quando o IGEF estiver operacional.

Além disso, a cooperação com a O-ISC CPLP seria materializada através de subsídios estabelecidos pelo PNUD para a O-ISC CPLP através de subsídios (se existirem capacidades de administração e implementação e OISC-CPLP), com o apoio operacional direto do PNUD e o projeto, ou através do apoio ao projeto como beneficiário das atividades do projeto. Neste caso, mesmo que a OISC-CPLP estivesse a dar formação não haveria transferência de fundos do PNUD/projeto para a OISC-CPLP.

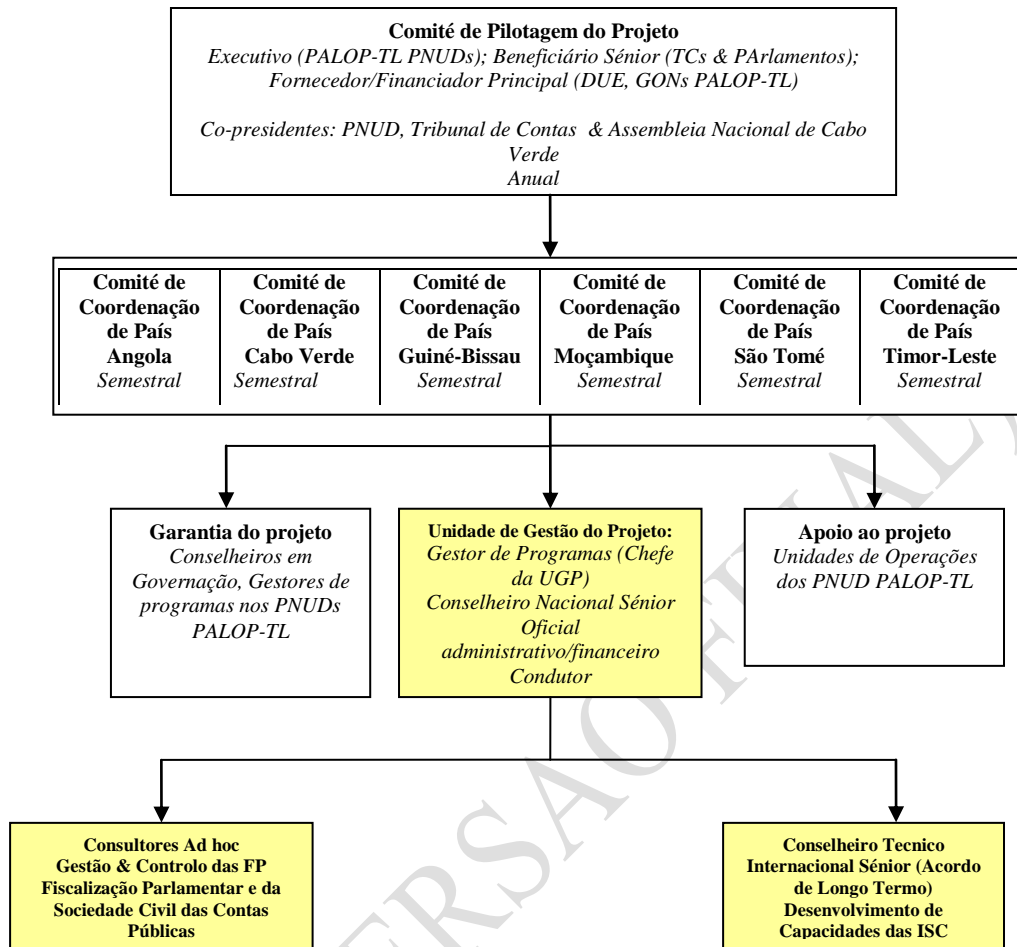
O Projeto será implementado com uma estrutura de gestão de duas camadas para supervisionar e validar a direção geral e a política do projeto: As Comissões de Coordenação do País e uma Comissão de Direção PALOP/TL para garantir que o projeto continua no bom caminho, dentro dos prazos e dentro do orçamento. Uma Unidade de Gestão do Projeto, composta por uma equipa de especialistas recrutados permitirá assegurar a implementação do projeto no dia-a-dia a nível técnico e a elaboração de relatórios para as Comissões de Coordenação do País e Comissão de Direção, que irá melhorar a coordenação dos doadores. Os dois órgãos básicos de gestão e os dois mecanismos de coordenação serão:

- A) Um **Comité de Coordenação de País para cada PALOP e TL** em que estão representados o Ordenador Nacional do FED (ON-FED), a Delegação da UE, Parlamento (Comissão Especializada de finanças públicas), sendo que as organizações da sociedade civil que participam no projeto podem ser convidadas a participar do comité de coordenação de país. Este mecanismo, facilitado pelos Representantes do Residentes do PNUD dos PALOP e TL, irá reunir-se conforme necessário (semestralmente) para discutir a evolução do ambiente local, partilhar planos e atividades das ações, deliberar sobre questões de interesse comum, negociar respostas acordadas e analisar as necessidades e riscos emergentes a nível nacional. Este fórum de alto nível seria uma parte importante da coordenação local em cada país, com a ênfase no desenvolvimento de políticas de alto nível, colaboração e partilha de informação em linha com as decisões da comissão de direção do projeto.
- B) Um mecanismo de tomada estratégica de decisão, o comité criado para gerir o nível das políticas seria chamado **Comité de Pilotagem do Projeto**. O Comité de Pilotagem irá reunir-se anualmente e é responsável pela supervisão geral das atividades no âmbito do projeto, incluindo a supervisão financeira e a aprovação de verbas de financiamento dentro do orçamento global, conforme recomendado pela unidade de gestão do projeto (UGP). Deve receber relatórios regulares da equipa de gestão, aprovar as principais atividades e despesas, procurar consenso e tomar decisões sobre qualquer mudança nos planos de trabalho que afetam a estrutura e estratégia do projeto, proceder a análises dos riscos e considerar o financiamento para as questões emergentes. É facilitado pela unidade de gestão do projeto (UGP), que também prestará serviços de secretariado e fará a ligação com o presidente do comité na preparação de agendas, notificação dos membros, relatórios sobre as várias atividades do projeto e elaboração de atas. O comité de pilotagem inclui representantes dos Escritórios do País do PNUD dos PALOP & TL (como representantes do Executivo do Projeto, sendo que o Executivo do Projeto é o PNUD de Cabo Verde); ISCs (TCs), representantes dos Paramentos (Comissão Especializada de finanças públicas) – como representantes dos beneficiários do projeto, sendo que o beneficiário Principal são o TC e a Assembleia Nacional de Cabo Verde; Delegações da UE e Gabinetes de apoio aos Ordenadores Nacionais do FED (como Fornecedores/Financiadores do Projeto, sendo que Fornecedor/Financiador Principal é a

Delgação da UE em Cabo Verde). O Comité de Pilotagem é co-presidido pelo PNUD de Cabo Verde, pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde e pela Assembleia Nacional de Cabo Verde.

- C) A **Unidade de Gestão do Projeto (UGP)** será uma pequena equipa, flexível e dedicada que administra, gere e supervisiona as atividades diárias do projeto. Sedeada na cidade da Praia, Cabo Verde, esta equipa será apoiada por *experts* e técnicos em apoio às atividades implementadas em outros países beneficiários. A equipa inclui especialistas em diferentes domínios específicos do projeto, e alguns membros devem estar familiarizados com os procedimentos do PNUD relativamente a recrutamento, aquisição e modalidades de execução do projeto. A equipa será liderada por um Gestor do Programa apoiado por um Conselheiro Nacional Sénior e deve incluir um responsável de finanças e administrativo para registar, processar, liquidar e reportar as receitas e as despesas regularmente. O Responsável pelas Finanças irá trabalhar em estreita colaboração com os profissionais pelas finanças do Escritório do PNUD. A equipa de gestão estará sedeada no país líder (Cabo Verde) e irá trabalhar em estreita colaboração com a ISC, Parlamento e OSC (participantes no projeto) de Cabo Verde na gestão quotidiana do projeto.

O Apoio ao Projeto será prestado pelos Escritórios do país do PNUD em Cabo Verde (unidade principal) e nos outros países PALOP e TL. Os Escritórios do PNUD em todos os países beneficiários, através dos respetivos Gestores de Programa/Especialistas em Governação sedeados localmente irão apoiar o trabalho operacional diário. A Garantia do Projeto em termos de apoio substantivo deverá ser fornecida através de um Assistente Representante Residente, Chefe de Unidade de Governação / Conselheiro ou equivalente nos diferentes escritórios do PNUD.



3.4. Orçamento

O custo total do projeto está estimado em 6,4 mil milhões de euros, financiado a partir do 10º FED no âmbito do Acordo de Parceria ACP-UE revisto. O orçamento consta do Anexo 3 do presente Acordo de Contribuição UE-PNUD.

| Categories | Contribuição UE (EUR) |
|--|-----------------------|
| R1: As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem conjunta. | 2.573.933 |
| R2. As capacidades de supervisão dos Parlamentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem conjunta. | 1.987.784 |
| Comunicação e Visibilidade | 181.006 |
| Gestão do Programa | 1.238.585 |
| Custos Indiretos (7%) | 418.692 |
| AÇÃO TOTAL (financiado a partir do 10º FED) | 6.400.000 |

As rubricas orçamentais serão consideradas ao nível das atividades orçamentais, de acordo com o Artigo 9.2 das Condições Gerais do Acordo de Contribuição a ser assinado com o PNUD. Tal

como indicado na Figura 1 a seguir, o orçamento é alocado a duas componentes principais, a primeira correspondendo a atividades de agregação de apoio à ISC em todos os PALOP e Timor-Leste e a segunda correspondendo a atividades de apoio dos parlamentos e da sociedade civil nos mesmos países.

Além disso, os fundos foram alocados para prestação de apoio operacional e técnico a todos os países beneficiários pela UGP (com apoio dos escritórios do PNUD nos países beneficiários em vez de 6 UGP – uma por país beneficiário). Os fundos foram igualmente alocados especificamente ao plano de visibilidade com vista a capturar todas as ações de visibilidade nos 6 países beneficiários e nos meios de comunicação social do projeto.

40% do orçamento foi alocado às atividades da Componente 1 para reforço da ISC, enquanto 31% do orçamento foi alocado à Componente 2, para apoio aos deputados, parlamentos e OSC/órgãos de comunicação nos PALOP e Timor-Leste. As atividades de gestão do programa receberam 19% do orçamento e a visibilidade 3% (em cima do orçamento formal, as ações de visibilidade irão beneficiar de fundos adicionais alocados às atividades).

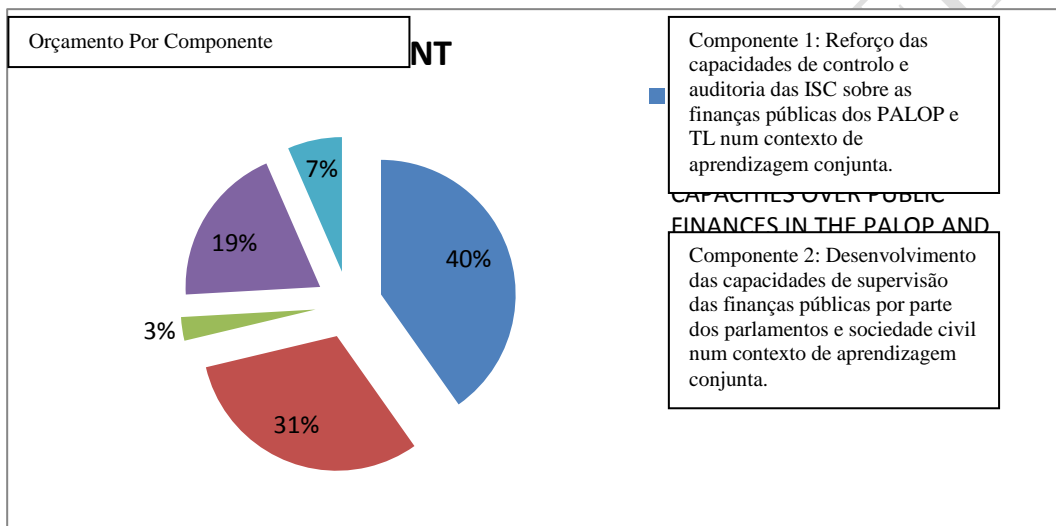


Fig.1: Orçamento por componente

O orçamento foi projetado para fornecer o financiamento necessário às necessidades específicas de cada país e, simultaneamente, promover sinergias e intercâmbios entre os diferentes intervenientes do projeto nos seis países beneficiários. Esta abordagem permite que a gestão do programa adeque a assistência às necessidades institucionais específicas de mais de 18 instituições diferentes em seis países diferentes e, capitalizando a partir do enorme potencial do *know-how* e experiência existentes nessas instituições, promover o intercâmbio e as oportunidades de aprendizagem entre pares entre os intervenientes do projeto. Para atingir isto, 54% do orçamento foi alocado às atividades que visam as necessidades específicas de cada país, enquanto 39% se destinaram a promover o intercâmbio Sul-Sul entre os intervenientes do projeto - ver fig. 2 a seguir.

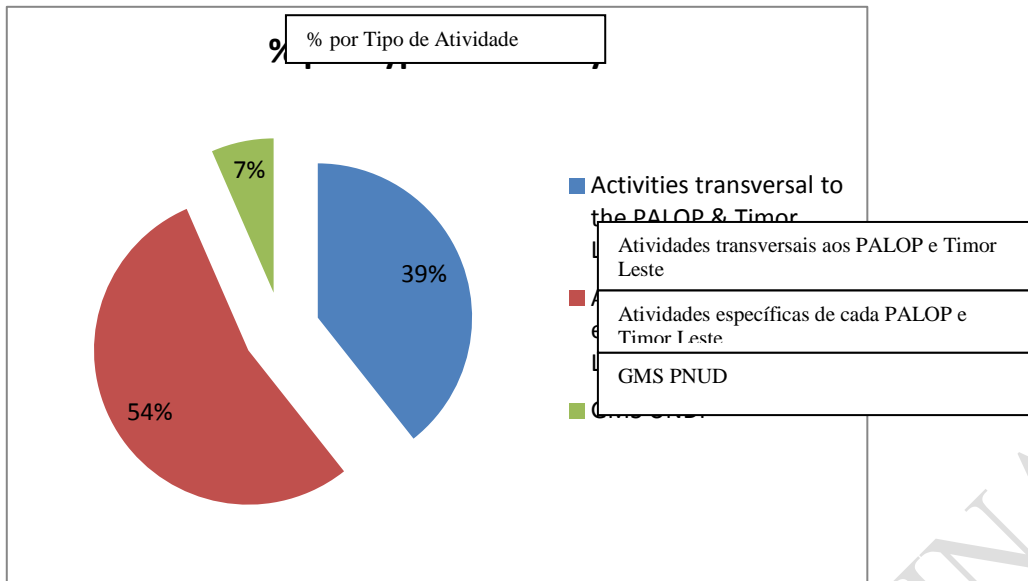


Fig.2: Orçamento por âmbito da atividade

Finalmente, o orçamento foi projetado de forma a permitir à GP prestar assistência técnica a todos os beneficiários, sem comprometer a estratégia do projeto para promover e aumentar o intercâmbio entre as instituições beneficiárias e os intervenientes. Para conseguir isso, foram alocados recursos suficientes para a assistência técnica, conhecimentos técnicos e gestão do programa. Além do mais, uma quantidade considerável de fundos foram alocados à aquisição de *software* e *hardware*, a fim de melhorar as capacidades de controlo e de auditoria externa - ver a figura 3 a seguir.

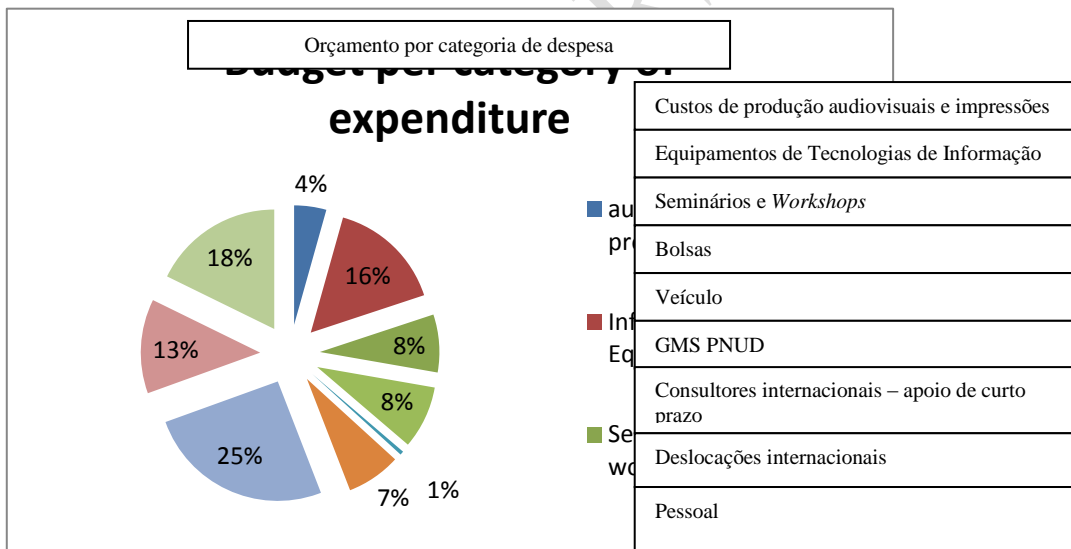


Fig. 3: Orçamento por categoria de despesa

SECÇÃO IV

4. RESULTADOS DO PROJETO & QUADRO DE RECURSOS

Resultado Pretendido tal como indicado nos Resultados do Programa de País e Quadro dos Recursos:

Cabo Verde: Resultado #2 – As administrações públicas e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes no planeamento, orçamentação, implementação G&A em linha com os compromissos internacionais; o diálogo e a participação cívica estão garantidos, particularmente para os jovens e para as mulheres. (*UNDAF Resultado 2.1.3.: Controlo externo da despesa pública pelo Tribunal de Contas e Parlamento é reforçado no âmbito do quadro de apoio ao programa de finanças públicas nacionais*).

Angola: Resultado #2 – Expectativas dos cidadãos relativamente à expressão, desenvolvimento, estado de direito e responsabilização são correspondidas por sistemas mais fortes de governação democrática.

Guiné-Bissau: Resultado #2 – Instituições públicas com quadro institucional, ferramentas de gestão e métodos de trabalho modernos implementados com vista a assegurar o acesso equitativo aos serviços públicos ao nível nacional e local

Moçambique: : Resultado #6: Sistemas e Processos Democráticos Reforçados Garantem Equidade, Estado de Direito e Direitos Humanos a todos os níveis. **Resultado #7:** Pessoas em Moçambique Participam na Elaboração e Monitorização de uma Agenda de Desenvolvimento Nacional Transparente e Equitativa.

São Tomé e Príncipe: Resultado #22 – As instituições nacionais, centralmente e a nível regional, obedecem a regras e princípios sobre questões públicas e boa governação com vista a consolidar o estado de direito.

Timor-Leste: Resultado #1: Instituições estatais reforçadas através de intervenções destinadas a melhorar a capacidade institucional de planeamento, eficiência, responsabilização e transparência.

Indicadores de resultado como indicados nos Resultados do Programa do País e Quadro de Recursos, incluindo linhas de base e objetivos:

Cabo Verde: Taxa de cidadãos satisfeitos com os serviços públicos; melhoria das classificações da gestão das finanças públicas nas avaliações do Grupo de Apoio Orçamental: Indicadores de monitorização da Despesa Pública e Responsabilização Financeira (PEFA). **Linhas de base:** C+ (classificação PEFA), 36% das contas públicas nacionais avaliadas pelo TC, 0% de deputados receberam formação e análise orçamental e técnicas de avaliação. **Objetivos:** B (classificação PEFA), 100% de comissões parlamentares especiais e 50% de deputados eleitos receberam formação em análise orçamental e técnicas de avaliação.

Angola: Serviço e prestação de contas melhorados. **Linhas de base:** a ser completado durante a fase inicial. **Objetivos:** a ser completado durante a fase inicial.

Guiné-Bissau: Proporção de instituições estruturada de acordo com as normas internacionais. **Linhas de base:** a ser completado durante a fase inicial. **Objetivos:** a ser completado durante a fase inicial.

Moçambique: Indicador 6. 1: % de distritos com educação cívica eleitoral; Linha de base: 4% Objetivo: 23%. Indicador 6. 2: % do Orçamento de Estado para províncias e distritos; Linha de base: 24% das províncias e 5,2% dos distritos; Objetivo: 29% das províncias e 6% dos distritos; Indicador 6. 3: # de instrumentos internacionais ratificados e operacionalizados; Linha de base: 8; Objetivo: 12. Indicador 6. 4: # de inquéritos governamentais desagregados e disponíveis publicamente; Linha de base: 1; Objetivo 6.

Indicador 7.1 : # de concelhos locais de acordo com as normas estabelecidas; Linha de base: 7 distritos; Objetivo: 50 distritos. **Indicador 7,2 :** # de observatórios de desenvolvimento (OD) com declaração unificada de OSC; Linha de base: 1; Objetivo: 11. **Indicador 7,3 :** % de leis com participação da sociedade civil; Linha de base: A definir; Objetivo: N/A. **Indicador 7.4:** Luta contra a corrupção reforçada através do setor da justiça (número de processos); Linha de base: Processos instaurados: 623; Acusações: 178; Abstenções/alcançados: 102; julgados 43. **Objetivo:** de acordo com o documento nacional PRSP. **Indicador 7,5 :** % of women in political and government positions; **Baseline:** Parliament 39.2%; Ministers 28.5%; Deputy Ministers 19%; Governors 27.2%; Ministerial PS 24%; Provincial PS 45.5%; District Administrators 20.3%; Heads of Administrative Posts 11%; Provincial directors 20.7%. **Target:** 50%.

São Tomé e Príncipe: % do orçamento do estado dedicada a RoL. **Linhas de base:** 0% em 2010. **Objetivos:** 15% até 2016.

Timor-Leste: **Indicadores:** 1.1.1. Introdução de políticas legais e de gestão operacional e nº de formações para o pessoal. 1.1.2. Políticas e legislação relevantes aprovadas. 1.1.3. Metodologia e ferramentas para planeamento estratégico aprovadas. 1.1.4. % of Ministérios que utilizam ferramentas de planeamento, incluindo planos de ação para desenvolvimento de capacidades. **Linhas de base:** Leis Orgânicas Ultrapassadas e ausência de sistemas operacionais. Instituições estatais dependentes de assistência técnica internacional. Falta de política clara e diretrizes para identificar e abordar o desenvolvimento de necessidades.

Resultados do Plano Estratégico 2014-17:

Resultado 2: Expectativas dos cidadãos relativamente à expressão, desenvolvimento, estado de direito e responsabilização são correspondidas por sistemas mais fortes *de governação democrática*.

Indicadores: Número de países com acesso aberto aos dados dos orçamentos do governo, despesas e aquisições públicas

Resultados do Plano Estratégico 2014-17:

Resultado 2.2. As instituições e os sistemas permitiram abordar a sensibilização, prevenção e aplicação de medidas anticorrupção em setores e partes interessadas

Indicadores: Número de países com acesso público à informação em matéria de contratação e receitas relacionadas com as indústrias de extração e de uso dos recursos naturais; Número de propostas aprovadas para mitigar os riscos de corrupção específicos do setor (por exemplo, indústrias de extração, contratos públicos no setor da saúde e outros);

Objetivo Global do Projeto:

Promover a governação económica nos PALOP e em TL e reforçar as competências técnicas e funcionais das ISC, dos Parlamentos e da Sociedade Civil.

Linhas de base: *Em 2011, os PALOP e Timor-Leste encontravam-se abaixo da África Subsariana relativamente ao controlo da corrupção WGI (31,9% contra 32,5% respetivamente). Região África medida no mesmo período 50% para este índice, enquanto Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique foram avaliados com 74,4%, 43,1% e 41,7%, respetivamente (valores mais elevados implicam melhores desempenhos).*

Em 2012, a média dos PALOP para a responsabilização IAG foi de 43,1 pontos contra 43,3 pontos da média africana. Cabo Verde foi o 2º melhor classificado em África com 81,7 pontos, seguido pela RDSTP e Moçambique com 47,6 pontos e 43,5 pontos respetivamente.

Apesar dos excecionais progressos registados em Angola e Moçambique no Índice de Orçamento Aberto, todos os PALOP e Timor-Leste ficaram mal classificados em 2012 abaixo de 47 (os dados de Cabo Verde e Guiné-Bissau não se encontram disponíveis).

Indicadores: *Índices de indicadores de Responsabilização, Transparência e Controlo da Corrupção; Índice de indicadores de Gestão Orçamental; pontuações no Índice de Orçamento Aberto (para os países que participam na iniciativa do orçamento aberto).*

Ojetivos: *(1) até ao fim do projeto, o controlo da corrupção WGI nos PALOP-TL é nivelada com a média na região África (e não menos do que 50%); (2) até o final do projeto, todos os PALOP atingem a média africana para IAG prestação de contas; (3) até ao fim do projeto, PALOP e Timor-Leste são classificados dentro de 40 e 60 pontos para o OBI, (4) até o final do projeto, todos os países beneficiários melhorar as suas taxas em relações com as linhas de base no início do projeto (2013), em particular em relação ao controlo da corrupção WGI, responsabilização IAG, e Índice do Orçamento Aberto.*

Resultado do Projeto (Objetivo Específico):

Melhorar o controlo político, judicial e civil externo eficaz das finanças públicas nos PALOP e em TL para uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Linhas de base:

Entre 2008 e 2011, todos os PALOP e Timor-Leste obtiveram pontuações abaixo de C + em relação a todos os indicadores do PEFA relevantes para o projeto - PI24 a PI28. A Guiné-Bissau e a RDSTP obtiveram D em todos os indicadores do PEFA relevantes para o projeto (classificação inferior existente), ao passo que Cabo Verde e Timor-Leste apresentaram pontuações entre D+ e C+, dependendo do indicador. Moçambique ficou melhor classificado com C+ em todos os indicadores.

Indicadores:

Disponibilidade, frequência e regularidade dos seguintes documentos nos PALOP e em Timor-Leste: (1) Declaração Pré-Orçamental; (2) Proposta de Orçamento do Executivo; (3) Orçamento Promulgado; (4) Execução do orçamento em relatórios anuais; (5) Revisão semestral da execução do orçamento; (6) relatório da execução orçamental de final do ano.

Indicadores PEFA: Qualidade e pontualidade dos relatórios orçamentais anuais durante o ano (PI24) / Qualidade e pontualidade de demonstrações financeiras anuais (PI25) / Âmbito, natureza e acompanhamento da auditoria externa (PI26) / Escrutínio legislativo da lei orçamentária anual (PI27) /

Escrutínio legislativo dos relatórios de auditoria externa (PI28).

Ojetivos:

(1) até ao fim do projeto, melhorar a média dos PALOP-TL para os indicadores do PEFA relevantes para o projeto de C+; (2) até ao fim do projeto, os documentos 1 a 6 acima referidos são disponibilizados atempadamente, (3) até ao fim do projeto, as ISC de todos os países beneficiários estarão em conformidade com as normas internacionais estabelecidas pela INTOSAI.

Estratégia de Parceria

Existe uma série de iniciativas em curso que visam apoiar a gestão das finanças públicas em muitos dos países beneficiários da presente ação, apoiadas por uma série de parceiros. Em **Timor-Leste**, existe um projeto em andamento financiado no âmbito do 10º FED para apoiar a criação da ISC, com o apoio técnico da ISC de Portugal através de um Acordo de Delegação com o IPAD (agora CICL). Um projeto em andamento para *apoiar o setor da justiça* tenta assegurar uma divulgação mais ampla das questões sobre o recentemente criado tribunal junto da sociedade civil. Uma proposta de projeto para *Apoiar a Reforma da GFP* está em discussão. Em **Moçambique**, existe um projeto financiado pelo FED para apoiar o Estado de Direito e a responsabilidade pública que visa a Assembleia, o Supremo Tribunal e o Ministério Público, um *programa para a reforma da gestão das finanças públicas* que beneficia o Tribunal Administrativo - na sua capacidade da Autoridade Superior de Controlo. Em **São Tomé e Príncipe**, a UE tem vindo a fornecer assistência técnica para permitir que o Ministério das Finanças produza as contas gerais. Além disso, o PNUD está a prestar apoio aos Parlamentos para melhorarem a supervisão e capacidade legislativa das comissões especializadas, deputados e funcionários, em particular nos domínios da Despesa Pública, do Orçamento do Estado e das Políticas Governamentais. Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste (financiados pela UE) são os principais beneficiários desse apoio. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tem sido prestado um grande apoio ao Supremo Tribunal de Contas com o apoio financeiro dos parceiros. Nos **PALOP e Timor-Leste**, um projeto em fase de formulação do 10º FED visa trabalhar no *Apoio à Criação do Instituto de Formação para a Gestão Financeira e Económica em Língua Portuguesa* (IGEF). O projeto proposto pode representar uma boa oportunidade para canalizar parte das atividades de formação previstas nesta nova ação, desde que o IGEF esteja totalmente operacional no início do presente projeto. Com efeito, enquanto o IGEF visa apoiar as capacidades humanas e institucionais nas grandes questões de GFP abordando um vasto conjunto de partes interessadas, desde os governos para o setor privado, a presente ação visa reforçar o próprio sistema de GFP, com enfoque no controlo externo e civil das finanças públicas e da ação governamental por todos os intervenientes relevantes, desde as ISC aos parlamentos e sociedade civil. Alguns dos componentes de formação desta abordagem poderiam ser parcialmente levados a cabo pelo IGEF. Por outro lado, a presente ação irá alimentar a Base de Dados Jurídica dos PALOP (<http://www.legis-palop.org/>), desenvolvida no âmbito do *Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Jurídicos dos PALOP*, financiado pelo 9º FED. No campo da e-governança, o projeto fará a ligação com o futuro *projeto PALOP-TL para melhorar a qualidade e proximidade dos serviços públicos* na implementação de atividades diretamente ligadas aos sistemas de informação e ferramentas baseados nas TIC. Finalmente, o projeto poderá beneficiar da metodologia dos grupos de trabalho e da abordagem regional do Programa Global para Reforço Parlamentar (AGORA - GPPS: <http://www.agora-parl.org/>), gerido pelo PNUD, que permitirá a discussão de questões delicadas ao nível de vários países PALOP & TL promovendo reformas democráticas. Os objetivos e resultados esperados, atividades e metas do projeto são complementares ao projeto para o reforço do Estado de Direito nos PALOP-TL, um projeto de 8,4 milhões de euros implementado em parceria com Camões, por um período de 4 anos. Na realidade, o projeto RoL PALOP-TL tem como objetivo consolidar o Estado de Direito que combate a corrupção, lavagem de dinheiro e o crime organizado, com foco considerável no reforço das capacidades coercivas entre as instituições PALOP-TL correspondentes, promover reformas legais para combater atividades criminosas e a corrupção, formação e informações aos deputados e altos funcionários públicos. Não existem riscos de sobreposição ou duplicação entre os dois projetos, uma vez que, apesar de algumas instituições beneficiárias poderem ser as mesmas (o Parlamento, OSC, TC e, eventualmente, MF) estarem envolvidas com âmbitos completamente diferentes e usando diferentes unidades e RH. Este baixo risco de sobreposição é extensível às TIC e outros equipamentos a serem adquiridos devido aos motivos acima referidos e ao tipo de TIC adquiridas em cada projeto. Finalmente, o projeto proposto, conforme discutido com todas as partes interessadas nos países beneficiários, deverá ter uma abordagem complementar às iniciativas existentes, com base numa dimensão multi-país PALOP-TL, salientando a construção e consolidação de competências e redes através da **aprendizagem entre pares, intercâmbio de experiências e cooperação Sul-Sul entre as instituições PALOP-TL**, afastando-se assim um recurso sistemático mais clássica a conhecimento externo. Os recursos internos a serem consolidados e utilizados a este respeito dão também apoio à sustentabilidade dos resultados do projeto.

Título do projeto e ID (ATLAS Award ID):

| RESULTADOS PRETENDIDOS | RESULTADOS ALVO PARA (ANOS) | ATIVIDADES INDICATIVAS | PARCEIROS RESPONSÁVEIS | CONTRIBUTOS |
|---|--|--|--|---|
| <i>Cada resultado específico que é planeado para atingir o resultado. Para cada resultado, incluir uma linha de base com indicadores e objetivos associados para facilitar a monitorização da mudança ao longo do</i> | <i>Utilizar esta coluna para projetos mais complexos para os quais um resultado demora mais de um ano a ser produzido.</i> Ojetivos: | <i>Listar os resultados das atividades e ações associadas necessárias para produzir cada resultado ou objetivos para os resultados anuais.</i> <i>O resultado de cada atividade irá, em derradeira análise, tornar-se uma Atividade</i> | <i>Especificar as partes que foram envolvidas pela entidade executadora para levar a cabo estas atividades</i> | <i>Especificar a natureza e os custos total dos contributos do PNUD necessários para produzir cada resultado.</i> |

| | | | | |
|--|---|--|---|--|
| <p><i>tempo. Cada resultado irá, em última análise, tornar-se uma ID Projeto em Atlas.</i></p> <p>Resultado 1 As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem conjunta.</p> <p>Linhas de base: Entre 2006 e 2012, a maioria dos PALOP e Timor-Leste registou melhorias consideráveis em matéria de apresentação, classificação / categorização das despesas (pagamentos de juros da dívida, entre outras), e identificação de fontes de receita, incluindo os dados de nível de Programa, na Proposta de Orçamento do Executivo ou na documentação de suporte ao orçamento - agora em linha com as normas internacionais. Até 2012, os Relatórios Anuais sobre as despesas reais começaram a cobrir a maioria, se não todas as despesas (organizadas pela unidade administrativa, classificação económica, e/ou função), comparando os gastos reais do presente ano até à data (todas as despesas) com as estimativas originais para esse período (com base no orçamento promulgado), abrangendo as cobranças efetivas de receitas de todas as fontes de receita. Não obstante este progresso notável, passar os países avaliados dos PALOP e Timor-Leste do grupo de países que apresentam pouca ou nenhuma</p> | <p>(1) até ao fim do projeto, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste terão algumas informações significativas sobre as despesas públicas, através de orçamentos executivos (e documentos orçamentais), relatórios intermédios e de final de ano; e relatórios de auditoria;</p> <p>(2) até ao fim do projeto, Cabo Verde e Moçambique estarão entre os países com ampla informação sobre despesas públicas, através dos instrumentos acima referidos;</p> <p>(3) até ao fim do projeto, nenhum país beneficiário terá ausência de informação sobre despesas públicas, através dos instrumentos acima referidos;</p> <p>(4) até ao fim do projeto, pelo menos, 360 pessoas (funcionário da ISC, OSC e funcionários dos meios de comunicação) terão recebido formação sobre controlo externo das contas públicas, questões de auditoria e supervisão das finanças públicas;</p> <p>(5) até ao fim do projeto, pelo menos, 30 auditores das ISC dos PALOP e Timor-Leste terão recebido formação de formadores em questões de controlo externo e auditoria;</p> <p>(6) até ao fim do projeto, a O-ISC CPLP terá usado em todas as atividades de formação auditores das ISC dos PALOP e Timor-Leste (formadores</p> | <p><i>ID no Atlas.</i></p> <p>1 Resultado da Atividade: Workshops e seminários de formação desenvolvem capacidades dos funcionários e juizes das ISC PALOP-TL (e outras partes interessadas relevantes) em gestão e auditoria das finanças públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 1.1: Recrutar conhecimento e prestar AT ▪ Ação 1.2: Organizar formação, workshops & seminários <p>2 Resultado da Atividade: Assistência Técnica aos funcionários & Juizes das ISC dos PALOP-TL melhora as capacidades técnicas para conceção, programação e planeamento orçamental</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 2.1: Recrutar conhecimento e prestar AT ▪ Ação 2.2: Organizar e promover exercícios de planeamento inclusivos ▪ Ação 2.3: Organizar campanhas de defesa, informação & sensibilização | <p><i>PALOP-TL UNDP COs PALOP-TL SAIs</i></p> <p><i>PALOP-TL UNDP COs PALOP-TL SAIs</i></p> | <p>254.724 EUR 300 dias úteis (média de 528 euros por dia - <i>per diem</i> não incluídos) / Até 6 passagens aéreas (média de 2 passagens por ano - 1.320 euros por passagem) / Cartazes / panfletos / consumíveis / Conselheiro Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (média de 750 euros por dia útil)</p> <p>260.550 EUR 300 dias úteis (média de 528 euros por dia - <i>per diem</i> não incluídos) / Até 6 passagens aéreas (média de 2 passagens por ano - 1.320 euros por passagem) / Até 3 workshops locais (3-5 dias)/90 Participantes (30 participantes por workshop a uma média de 267 euros por participante – deslocação não está incluída) Cartazes / panfletos / consumíveis / anúncios na comunicação social. Conselheiro Internacional Sénior para o</p> |
|--|---|--|---|--|

| | | | |
|--|------------------------|--|---|
| <p>informação para o grupo dos que apresentam o mínimo de informação, alguns domínios ainda necessitam de melhorias cruciais, nomeadamente: existe falta de informação sobre o impacto dos diferentes pressupostos macroeconómicos e propostas de políticas sobre despesas nos orçamentos; sobre transferências para as empresas públicas, pelo menos, no ano do orçamento; sobre as fontes da assistência dos doadores (tanto financeira como em espécie); sobre as ligações entre o orçamento proposto e os objetivos de política apontados pelo governo para um período de vários anos (pelo menos, para dois anos, além do ano do orçamento); relacionada com os indicadores de desempenho para os programas de despesa e objetivos alcançáveis relacionados com esses indicadores; sobre a Declaração Pré-Orçamento, relatórios Intermediários e Relatórios de Final de Ano. Adicionalmente, é importante abordar as falhas relacionadas com as auditorias de contas/despesas públicas uma vez que as contas finais auditadas não estão concluídas no prazo de 24 meses após o fim do ano fiscal ou não disponibilizadas ao público. Em Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a maioria da despesa não foi auditada, os relatórios não foram disponibilizados ao público ou foram disponibilizados 24 meses após o fim do ano fiscal. Na maioria destes países, a ISC não disponibiliza ao público auditorias de fundos extra-orçamentais ou não procede à auditoria</p> | <p>profissionais).</p> | <p>3 Resultado da Atividade: <i>Aquisição de equipamento e assistência técnica aumenta a integração em sistemas de contabilidade e informação em gestão e auditoria das finanças públicas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 3.1: AT para avaliar necessidades e desenvolver especificações adequadas ▪ Ação 3.2: Aquisição de TIC & Equipamentos | <p><i>PALOP-TL UNDP COs PALOP-TL SAIs</i></p> <p>desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (média de 750 euros por dia útil)</p> <p>1.038.849 EUR <i>Até 131 dias úteis por dia (média de 528 euros por dia - per diem não incluídos) / Até 12 passagens aéreas (média de 8 passagens no ano 1 e 4 no ano 3 - 1.320 euros por passagem)</i> <i>Hardware: computadores e acessórios/ Software: contabilidade, auditoria, reporte financeiro, outras ferramentas de TI de gestão financeira, sistemas de comunicação e de auditoria integrados, outros a serem identificados durante a fase inicial / Equipamento: equipamentos de apoio de ligação à Internet, equipamentos de projeção, equipamentos de comunicação, material de escritório e consumíveis, outros a serem identificados durante a fase inicial) / média de 162.000 euros por país (53.000 euros por ano e por país) / serviços contratuais (Espec. Equip.)</i></p> <p><i>PALOP-TL UNDP COs</i></p> |
|--|------------------------|--|---|

| | | | | |
|---|--|--|---|--|
| <p>desse fundos, ou esse relatório foi disponibilizado mais de 24 meses após o fim do ano fiscal; o executivo não informa sobre os passos que deu para abordar as conclusões da auditoria; e os legisladores não dispõem de Relatórios de Auditoria. Nestes países, a instituição superior de auditoria e a legislatura não disponibiliza ao público um relatório que identifique as ações tomadas pelo executivo para abordar as recomendações da auditoria. Nos PALOP e em Timor-Leste, o Orçamento dos Cidadãos não é publicado.</p> <p>Indicadores: Nº de desvios relatados ou auditorias realizadas anualmente pelo Tribunal de Contas nos PALOP e em Timor-Leste/ Nº de funcionários das ISC dos PALOP e TL treinados em questões relevantes de supervisão e auditoria de finanças públicas / Nº de auditores das ISC treinados como auditores de controlo externo/ Nº de funcionários das ISC dos PALOP e TL que participam em atividades de avaliação por pares/ % de utilização de sistemas de informação de GFP nas ISC aumentou e melhorou/ Nº de relatórios objetivos acessíveis em tempo útil elaborados pelo Tribunal de Contas / Disponibilidade, qualidade, acesso a informações atualizadas disponibilizadas pelos sítios web das ISC e outros mecanismos de comunicação social/ 1 acordo de cooperação com a Organização das ISC da CPLP (O-ISC CPLP) firmado e disponível/ 1 acordo de cooperação</p> | | <p>4 Resultado da Atividade: <i>Assistência técnica às ISC dos PALOP-TL reforçam a responsabilização (incluindo normalização das normas de reporte financeiro)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 4.1: AT & Aconselhamento nos domínios da Contabilidade & questões de transparência ▪ Ação 4.2: AT & Aconselhamento nos domínios de reporte e normas internacionais de G&A <p>5 Resultado da Atividade: <i>Formação, workshops e visitas de estudo fomentam intercâmbio de experiências e boas práticas entre os intervenientes PALOP-TL (ISC, Parlamentos e Deputados e OSC) sobre controlo das finanças públicas nos PALOP e em TL</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 5.1: Formações – Presenciais e e-learning – e <i>workshops</i> ▪ Ação 5.2: Visitas de estudo e atividades de aprendizagem entre pares - avaliações pelos pares ▪ Ação 5.3: Traduções & publicações | <p>PALOP-TL SAIs</p> <p>PALOP-TL UNDP COS PALOP-TL SAIs</p> | <p><i>/ Consultor Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (em média 750 euros por dia útil)</i></p> <p>651.666 EUR <i>Até 772 dias úteis (média de 621,71 euros por dia útil) / Até 68 passagens aéreas (média de 22 passagens por ano estimativa de 1.320 Euros por passagem)/ Cartazes/ folhetos/ consumíveis/anúncios na comunicação social</i> Conselheiro Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (média de 750 euros por dia útil)</p> <p>257.246 EUR Serviços Contratuais - Empresas (Formação & Educação) - LTA / Até 28 passagens aéreas (média de 14 por ano - Estimativa 1.320 euros por passagem).</p> |
|---|--|--|---|--|

| | | | | |
|--|-------------------------|---|---------------------------------|---|
| <p>com o IGEF firmado e disponível/ 1 manual elaborado sobre os procedimentos das ISC dos PALOP e TL/ 1 plataforma criada para intercâmbio de boas práticas entre as ISC dos PALOP e TL/ Abrangência dos relatórios de auditoria das ISC/ Nº de ISC com planos de trabalho estratégicos e operacionais/ <i>hardware</i> e <i>software</i> adquirido, disponível e instalado nas ISC e instituições relevantes dos países beneficiários</p> | | <p>6 Resultado da Atividade: <i>Exercícios sobre lições aprendidas – G&A dos resultados do projeto.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 6.1: Exercício de G&A de acordo com as regras e procedimentos do PNUD | <p>CV PNUD</p> | <p><i>Até 25 passagens aéreas (média de 8 por ano – estimativa de 1.320 Euro por passagem)/ Até 5 workshops locais (3-5 dias)/média de 300 Participantes (30 participantes por workshop a uma média de 267 Euros por participante – deslocação não está incluída). Conselheiro Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (média de 750 euros por dia útil)</i></p> <p>110.898 EUR</p> <p>Até 24 passagens aéreas (média de 8 por ano – estimativa de 1.320 Euros por passagem)/ Contractual services/ <i>Cartazes / panfletos / consumíveis / anúncios na comunicação social./ Consultor Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISC para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (em média 750 euros por dia útil)</i></p> |
| <p>Resultado 2</p> | <p>Ojetivos:</p> | <p>7 Resultado da Atividade: <i>Capacidades</i></p> | <p>PALOP-TL UNDP COs</p> | <p>494.112 EUR</p> |

| | | | | |
|---|---|--|--|---|
| <p>As capacidades de supervisão dos Parlamentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem conjunta.</p> <p>Linha de base: Nos PALOP e em Timor-Leste, a legislatura não disponibiliza ao público um relatório que identifique as ações tomadas pelo executivo para abordar as recomendações da auditoria. Em todos os PALOP e em Timor-Leste, o Orçamento dos Cidadãos não é publicado.</p> <p>Indicadores: Número de audições pedidas pelos Parlamentos nos PALOP e em Timor-Leste/ N° de sessões de audições dos Parlamentos onde esteve presente o Tribunal de Contas nos PALOP-TL/ N° de relatórios pedidos pelo Parlamento em relação à execução do orçamento/ N° de funcionários dos Parlamentos e de Deputados nos PALOP-TL treinados na questão da supervisão das finanças públicas/ N° de funcionários Parlamentares e Deputados nos PALOP e em TL que participam em atividades de avaliação por pares/ N° de membros de OSC que participam em campanhas de defesa e informação sobre transparência orçamental/ N° e qualidade de reformas legais levadas a cabo para aumentar as capacidades de auditora da ISC e o controlo civil da GFP/ 1 publicação efetuada sobre mecanismos de responsabilização</p> | <p>(1) até ao fim do projeto, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste terão algumas informações ou informações significativas sobre as despesas públicas, disponibilizadas através da supervisão legislativa e do orçamento dos cidadãos e relatórios;</p> <p>(2) até ao fim do projeto, pelo menos 1.600 pessoas (pessoal administrativo dos Parlamentos e das comissões especiais, Deputados, pessoal das OSC/ONG/OBC, profissionais dos meios de comunicação) dos PALOP e Timor-Leste terão recebido formação sobre supervisão de finanças públicas e controlo externo das contas públicas, questões de auditoria;</p> <p>(3) até ao fim do projeto, a plataforma de e-learning AGORA e os manuais mais relevantes estarão disponíveis em Língua Portuguesa;</p> <p>(4) até ao fim do projeto, todo o pessoal de apoio (conselheiros e peritos) das Comissões Especiais Parlamentares relevantes dos PALOP e Timor-Leste estarão acreditados em e-learning sobre supervisão parlamentar;</p> <p>(5) até ao fim do projeto, será constituída uma plataforma da sociedade civil multi-país para abordar todos os níveis, desafios e questões nacionais e</p> | <p><i>dos parlamentos, parlamentares e outros intervenientes relevantes são desenvolvidas através de apoio específico para adotar metodologias adequadas em reformas legais e dos quadros institucionais, com particular destaque para a revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e o TC</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 7.1: Seminários e <i>Workshops</i> - desenvolvimento de capacidades e assistência de metodologia às comissões parlamentares relevantes ▪ Ação 7.2: Campanhas de defesa & Sensibilização com um enfoque particular no o impacto dos orçamentos no género <p>8 Resultado da Atividade: <i>Campanhas de defesa e de informação levam a reformas legais sobre os sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo a transparência orçamental com mais informações fiscais e orçamentais disponíveis para o público</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 8.1: Formação e seminários de aprendizagem entre pares para desenvolver capacidades dos parlamentos e funcionários parlamentares dos PALOP-TL, em especial as Mulheres, através das redes regionais e organizações não-governamentais internacionais especializadas <p>Ação 8.2: As iniciativas reforçam as relações e sinergias entre os Parlamentos e as OSC visando o controlo das finanças públicas</p> | <p><i>PALOP-TL Parliaments & MPs</i> <i>PALOP-TL relevant CSO</i></p> <p><i>PALOP-TL UNDP COs</i> <i>PALOP-TL Parliaments & MPs</i> <i>PALOP-TL relevant CSO</i></p> | <p>até 14 workshops locais (3-5 dias)/412 Participantes (30 participantes por workshop a uma média de 267 Euros por participante- deslocação não está incluída)/ Até 72 passagens aéreas (média de 24 por ano – estimativa de 1.320 Euros por passagem)/ Per diem local / Cartazes/ folhetos/ consumíveis/ serviços contratuais (esp. equip)/ LTA / Consultor Internacional Sénior para o desenvolvimento de capacidades da ISA para prestar aconselhamento e assistência técnica aos intervenientes nos países (média de 528 Euros por dia útil</p> <p>394,696 EUR Até 24 passagens aéreas (média de 12 por ano – estimativa de 1.320 Euros por passagem)/ Até 10 workshops locais (3-5 dias)/292 Participantes média (30 participantes por workshop a uma média de 267 Euros por participante – deslocação não está incluída)/ Cartazes/ folhetos/ consumíveis/anúncios na comunicação social/ serviços contratuais (esp equip)/ LTA Expert in Parliament &</p> |
|---|---|--|--|---|

| | | | | |
|---|---|---|--|---|
| <p>pública nos PALOP e em TL/ Criação de um fórum para o intercâmbio das boas práticas das OSC sobre acompanhamento da despesa pública e comunicação de resultados nos PALOP e em TL/ 7 acordos de bolsas assinados com ONG (1 internacional e 6 com os PALOP e TL)/ Existência, oportunidade e qualidade dos debates parlamentares sobre a aprovação e execução do orçamento/ N° de reuniões, sessões de audições públicas e relatórios disponíveis das comissões parlamentares sobre finanças públicas, contas e despesa nos países participantes/ O aumento da cobertura dos meios de comunicação sobre questões orçamentais nos países participantes, incluindo artigos sobre responsabilidade orçamental e relatórios e recomendações do Tribunal de Contas/ N° de relatórios e análise de OSC sobre Orçamentos de Estudo, contas públicas e relatórios de despesa/ N°, frequência, disponibilidade e regularidade dos instrumentos de monitorização das OSC sobre os níveis de implementação das recomendações das ISC (relatórios e documentos de análise)/ N° de recomendações dos relatórios de OSC sobre documentos orçamentais tidos em conta pelas audições e relatórios das comissões parlamentares e pelos relatórios/recomendações das ISC/ Existência e eficácia dos instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na formulação/aprovação do orçamento de (existência de iniciativas orçamentais</p> | <p>internacionais relacionados com controlo externo civil, corrupção e transparência dos governos e funcionários públicos nos PALOP e em Timor-Leste; (6) até ao fim do projeto, todos os PALOP e Timor-Leste terão iniciativas da sociedade civil e formações que abordem o controlo externo das contas e despesas públicas.</p> | <p>9 Resultado da Atividade: <i>As capacidades dos Deputados, Funcionários Parlamentares & comissões especializadas são reforçadas relativamente à análise e revisão de documentos de finanças públicas, projetos de leis e orçamentos através sistemas de auditoria e monitorização de contas mais eficientes</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 9.1: Recrutamento de conhecimento & AT ▪ Ação 9.2: Formações & workshops <p>10 Resultado da Atividade: <i>Assistência técnica e aconselhamento técnico prestados aos parlamentos nacionais sobre supervisão da despesa pública</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 10.1: Recrutamento de conhecimento & AT ▪ Ação 10.2: Formações & workshops <p>11 Resultado da Atividade: <i>formação, workshops e visitas de estudo fomentam intercâmbio de experiências e boas práticas entre os intervenientes PALOP-</i></p> | <p><i>PALOP-TL UNDP COs PALOP-TL Parliaments & MPs PALOP-TL relevant CSO</i></p> <p><i>UNDP CV</i></p> <p><i>UNDP CV</i></p> | <p><i>CSO oversight of public expenditure and government policies to provide advice and TA to actors in the countries (average 528 Euro per working day)</i></p> <p>207,194 EUR Up to 47 tickets (average 16 per year - estimate 1,320 Euro per ticket)/ LTAs/ <i>Outdoors/ flyers/ consumables/media advertisements / Expert in Parliament & CSO oversight of public expenditure and government policies to provide advice and TA to actors in the countries (average 528 Euro per working day)</i></p> <p>161,454 EUR Up to 152 working days (average of 50 working days per year at 898 Euro per working day - including per diem)/ Up to 19 tickets (average 6 per year - estimate 1,320 Euro per ticket)</p> |
|---|---|---|--|---|

| | | | | |
|--|--|---|----------------|--|
| <p>dos cidadãos e mecanismos de consulta baseados no público/comunidade/frequência e regularidade destes instrumentos/número de medidas corrigidas ou introduzidas como resultado destas iniciativas)/ Existência e eficácia de instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na supervisão parlamentar das finanças, contas e despesas públicas (papel atribuído às OSC e OBC nestas sessões de audições/regularidade e frequência destas audições públicas/número de medidas introduzidas como resultado dos contributos da sociedade civil em sessões de audições públicas)</p> | | <p><i>TL sobre controlo das finanças públicas e contribuem para mecanismos estabelecidos em parlamentos e da sociedade civil de cada país</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 5.1: Formações – Presenciais e e-learning – e <i>workshops</i> ▪ Ação 5.2: Visitas de estudo e atividades de aprendizagem entre pares - avaliações pelos pares <p>Ação 5.3: Traduções & publicações</p> <p>12 Resultado da Atividade: <i>As organizações da sociedade civil (incluindo jornalistas) recebem formação no campo do controlo e políticas orçamentais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação 12.1: Criação de Programa de Grants para beneficiar até 7 OSC/ONG | <p>UNDP CV</p> | <p>222.864 EUR <i>Serviços contratuais - Empresas (Formação & Educação) – LTA/ Até 28 passagens aéreas (média de 14 por ano – estimativa de 1.320 Euros por passagem). Até 25 passagens (média de 8 por ano – estimativa de 1.320 Euros por passagem)/ Até 5 workshops locais (3-5 dias)/média de 300 Participantes (30 participantes por workshop a uma média de 267 Euros por participante-deslocação não está incluída) / Serviços Contratuais - LTA / Audiovisual & impressão (LTA) / Perito em supervisão Parlamentar & OSC de despesa pública epolíticas gvernamentais para dar aconselhamento e AT aos intervenientes nos países (média de 528 Euros por dia útil</i></p> <p>507.464 EUR 7 ONG (1 ONG internacional especializada e 6 OSC nacionais /6 Grants Perito em supervisão Parlamentar & OSC de despesa pública epolíticas gvernamentais para dar aconselhamento e AT aos</p> |
|--|--|---|----------------|--|

| | | | <i>intervenientes nos países (média de 528 Euros por dia útil)</i> |
|--|--|---|--|
| | | VISIBILIDADE E COMUNICAÇÃO | 181,006 EUR |
| | | GESTÃO DO PROGRAMA | 1,238,585 EUR |
| | | CUSTOS DIRETOS | 5,981,308 EUR |
| | | CUSTOS INDIRETOS (7% DOS CUSTOS TOTAIS) | 418,692 EUR |
| | | CUSTOS TOTAIS | 6,400,000 EUR |

4.1. Planos de Trabalho Anuais

Uma fase inicial será levada a cabo imediatamente após a assinatura do Acordo de Contribuição entre o PNUD e a Delegação da EU em Cabo Verde. Esta fase complementa as missões de avaliação do PNUD realizadas aos países beneficiários durante a fase de formulação e tem o objetivo de personalizar e adaptar o apoio às necessidades nacionais específicas que tem em conta papéis e necessidades das diferentes partes interessadas de cada país beneficiário.

Os PTA serão desenvolvidos com vista a cobrirem o período de implementação de 3 anos em cada país. Os planos serão desenvolvidos através de sessões de trabalho inclusivas que envolvem todos as partes interessadas do projeto e serão aprovados pelos instrumentos de governação dos projetos nacionais em cada país. A revisão do documento do projeto permitirá atualizar este ponto e incluir os PTA de cada país para o período de implementação de 3 anos. Estes planos serão aprovados anualmente pela comissão de direção do projeto.

SECÇÃO V

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Em termos de monitorização e avaliação, o projeto estará sujeito aos procedimentos atuais de monitorização e avaliação do PNUD e relatórios sobre o progresso serão feitos conforme o estipulado nas Condições Gerais do Acordo de Contribuição UE-PNUD e em linha com o FAFA.

Quaisquer exercícios de monitorização e de avaliação pela UE enquanto doador serão realizados em conformidade com as disposições da FAFA e das Condições Gerais. Esses exercícios serão planeados com antecedência e realizados de forma colaborativa e financiados pela UE fora do âmbito do presente Acordo de Contribuição.

5.1. Reporte

O reporte será realizado conforme definido pelo Quadro Financeiro e Administrativo (FAFA), assinado em 29 de abril de 2003, entre a CE e as Nações Unidas e de acordo com as Condições Gerais / Anexo 2 do presente Acordo de Contribuição UE-PNUD. Além disso, devido à complexidade do e ao âmbito do projeto, a Representação do PNUD será especificamente acordada com a Delegação da UE com vista a fornecer um relatório de progresso narrativo a cada 6 meses e tem os recursos financeiros / humanos necessários a fim de cumprir este compromisso. Todos os requisitos específicos devem ser adequadamente acordados entre as partes signatárias SCA.

5.2. Monitorização

A Unidade de Gestão do Projeto, os Comitês de Coordenação de País e o Comité de Pilotagem irão ajudar a documentar a situação de base para os resultados e cada indicador do projeto, e procurar obter a aprovação do Comité de Pilotagem para um resultado e para uma estratégia de monitorização de saída para avaliar o progresso periodicamente. Alguns dos métodos que serão utilizados na monitorização do progresso para a realização dos resultados incluem:

- Reuniões regulares do Comité de Pilotagem que são uma forma útil de garantir um bom planeamento, acompanhamento e enfoque nos resultados;
- Relatório de progresso narrativo a meio do ano;
- Relatórios Anuais do Projeto que são um requisito dos projetos financiados pela CE e taxa de saída para o progresso a apoiar a tomada de decisão sobre questões de política;
- Missões de monitorização e acompanhamento levadas a cabo pela UGP;
- Avaliações de resultados ou do projeto que são exercícios independentes com prazos para medir os resultados e a gestão; e
- Revisão intercalar final.

O objetivo de todos os exercícios de monitorização e avaliação é aprender lições e incorporá-las para a melhoria do Programa. Todas as atividades do Projeto serão acompanhadas de perto pelas Representações PNUD dos PALOP-TL.

5.3. Avaliação

Consultores independentes recrutados, termos de referência especificamente estabelecidos irão realizar avaliações externas, tal como se segue:

- Missão de avaliação intercalar dos resultados do projeto - realizada de acordo com as regras e procedimentos do PNUD;
- Avaliação final no início da fase de encerramento - realizada de acordo com as regras e procedimentos do PNUD;
- Avaliação *ex-post* - realizada com os procedimentos da UE, não abrangida pelo presente projeto (fundos destinados pela UE para este fim).

Os países beneficiários, a Comissão e o PNUD irão analisar as conclusões e recomendações da avaliação intercalar e decidir conjuntamente sobre a ação de acompanhamento a ser tomada e os ajustes necessários, incluindo, se indicado, a reorientação do projeto. Os relatórios das outras missões de avaliação e monitorização serão disponibilizados pelos Países Beneficiários com vista a ter em conta quaisquer recomendações que possam resultar dessas missões.

O PNUD deverá informar os Países Beneficiários antes das datas previstas para as missões externas. O País Beneficiário em causa irá colaborar de forma eficiente e eficaz com os peritos em monitorização e/ou avaliação, e, nomeadamente, fornecer-lhes todas as informações necessárias e documentação, bem como o acesso às instalações do projeto e atividades.

Embora apenas necessária quando mandatada pelo protocolos de parceria, uma avaliação do Programa será realizada no final do seu período para aprender lições e aplicá-las a possíveis atividades de acompanhamento de assistência.

No caso da Guiné-Bissau, as questões de falta de governos democraticamente eleitos comprometidos com o Estado de Direito e a transparência orçamental na Guiné-Bissau terão que mostrar melhorias significativas para permitir ao país participar no programa.

Durante a implementação do projeto, a UGP irá assegurar a Gestão da Qualidade dos Resultados da Atividade do Projeto através das seguintes tabelas. A fase inicial irá permitir completar e aperfeiçoar a tabela usando informações muito precisas e do terreno.

Indicadores/Critérios de qualidade serão reforçados e refinados deitando de estar centrados na referência a atividades (n. de treinos, n. de participantes, ect.) para se concentrarem mais nas realizações concretas (o que aconteceu aos formandos? Conseguiram pôr em prática o aprendido? Como?)

| RESULTADO 1: As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem conjunta. | | |
|---|--|--|
| Resultado da Atividade 1 (Atlas Activity ID) | Gestão e Auditoria da Formação sobre Finanças Públicas | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Desenvolvimento de capacidades ISC PALOP-TL, Juizes e intervenientes relevantes da OSC no campo da gestão e auditoria das finanças públicas. | |
| Descrição | Organização de workshops e seminários de formação com o objetivo de desenvolver as capacidades dos funcionários e juizes das ISC PALOP-TL (e outras partes interessadas) em gestão e auditoria das finanças públicas, essencialmente através de intercâmbios Sul-Sul e eventos de aprendizagem entre pares | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de funcionários das ISC nos PALOP-TL treinados em questões de supervisão e auditoria das finanças públicas | Elaboração de relatórios de G&A do Projeto Análise das avaliações da formação dos formandos, <i>clipping de imprensa, sítio web</i> | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |

| | | |
|--|--|--|
| Nº de auditores das ISC treinados como formadores de auditores de controlo externo | | |
| Abrangência dos relatórios de auditoria das ISC | | |
| Nº de funcionários das ISC nos PALOP e TL que participam em atividades de revisão por pares | | |
| Resultado da Atividade 2 (Atlas Activity ID) | AT conceção, programação & planeamento do orçamento | Data de Início 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Aumentar as capacidades dos funcionários & juizes das ISC dos PALOP-TL em questões relacionadas com orçamentação e planeamento | |
| Descrição | Fornecer conhecimentos, aconselhamento e assistência técnica de alto nível aos funcionários & juizes das ISC dos PALOP-TL SAI no âmbito da conceção, programação e planeamento orçamental. | |
| Crítérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de peritos e tipo de conhecimento recrutados | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Análise das avaliações da formação dos formandos, <i>clipping de imprensa, sítio web</i> | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de seminários & <i>workshops</i> que abordam exercícios de planeamento & orçamentação inclusivos | | |
| Nº de campanhas de defesa, informação & sensibilização | | |
| Resultado da Atividade 3 (ID ATIVIDADE Atlas) | AT & Aquisição de equipamento e <i>software</i> | Data de Início: 10.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Reforçar a integração e sinergias em sistemas de contabilidade e de informação para melhorar a gestão e auditoria das finanças públicas | |
| Descrição | Aquisição de equipamento e assistência técnica com vista a aumentar a integração em sistemas de contabilidade e informação em gestão e auditoria das finanças públicas | |
| Crítérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de peritos e tipo de conhecimento recrutados | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC Visitas ao terreno | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de planos de aquisição e especificações disponíveis | | |
| % de utilização de sistemas de informação nas ISC aumentada e melhorada | | |
| <i>Hardware</i> e <i>software</i> adquirido, disponível e instalado nas ISC e instituições relevantes dos países beneficiários | | |
| Resultado da Atividade 4 (ID Atividade Atlas Activity ID) | AT a normas de comunicação de responsabilização & financeira | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Reforçar a responsabilização e melhorar as normas de reporte financeiro | |
| Descrição | Prestar assistência técnica às ISC dos PALOP-TL com vista ao reforço da responsabilização e melhoria das normas de reporte financeiro | |
| Crítérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da</i> |

| | | |
|--|--|--|
| <i>qualidade do resultado da atividade?</i> | <i>será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | <i>qualidade?</i> |
| Nº de peritos recrutados com campo das finanças públicas e responsabilização da gestão e reporte financeiro | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC Indicadores PEFA Índice OBI Relatórios dos meios de comunicação | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de relatórios acessíveis e objetivos elaborados em tempo útil pelo Tribunal de Contas | | |
| Nº de relatórios acessíveis e objetivos elaborados em tempo útil pelo Tribunal de Contas | | |
| Abrangência dos relatórios de auditoria das ISC | | |
| Disponibilidade, qualidade, acesso a informações atualizadas disponibilizadas pelos sítios web das ISC e outros mecanismos de média sociais | | |
| Nº, frequência, disponibilidade e regularidade dos instrumentos de monitorização das OSC sobre os níveis de implementação das recomendações das ISC (relatórios e documentos de análise) | | |
| Resultado da Atividade 5 (Atlas Activity ID) | Intercâmbios Sul-Sul & aprendizagem entre pares sobre controlo das finanças públicas | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Promover o intercâmbio Sul-Sul e a aprendizagem entre pares para fortalecer as capacidades das ISC, Parlamentos e deputados e OSC dos PALOP-TL para o controlo das finanças públicas | |
| Descrição | Promover o intercâmbio Sul-Sul e a aprendizagem entre pares no domínio do controlo externo das Finanças Públicas através de <i>workshops</i> e conferências que visam as ISC, Parlamentos e deputados e OSC dos PALOP-TL | |
| Crítérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| 1 plataformas para intercâmbio das boas práticas entre as ISC nos PALOP e em TL | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC Indicadores PEFA Índice OBI | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| 1 acordo de cooperação com a Organização das ISC da CPLP (O-ISC CPLP) estabelecido e disponível | | |
| 1 acordo de cooperação estabelecido com o IGEF e disponível | | |
| Nº de relatórios acessíveis e objetivos elaborados em tempo útil pelo Tribunal de Contas | | |
| Nº de relatórios acessíveis e objetivos elaborados em tempo útil pelo Tribunal de Contas | | |
| Abrangência dos relatórios de auditoria das ISC | | |
| Disponibilidade, qualidade, acesso a informações atualizadas disponibilizadas pelos sítios web das ISC e outros mecanismos de média sociais | | |
| Nº de itens traduzidos e/ou publicados | | |
| Resultado da Atividade 6 (Atlas Activity ID) | G&A dos resultados do projeto | Data de Início: 04.2015 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Melhorar a apropriação dos beneficiários através de lições aprendidas e exercícios de G&A (de acordo com os procedimentos do PNUD) | |
| Descrição | Levar a cabo exercícios de lições aprendidas e G&A dos resultados do projeto (de acordo com os procedimentos do PNUD) | |

| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
|--|---|--|
| Nº exercícios G&A | Relatórios e atualizações do projeto | Dezembro de 2015 |
| Recomendações G&A | Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC | Dezembro de 2016 |

RESULTADO 2: As capacidades de supervisão dos Parlamentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem conjunta.

| | | |
|---|---|---|
| Resultado da Atividade 7 (ID Atividade Atlas ID) | Reformas legais & institucionais Orçamento Geral do Estado e ISC | Data de Início: 10.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Desenvolvimento de Capacidades do Parlamento para reformas legais & institucionais Orçamento Geral do Estado e ISC | |
| Descrição | Capacidades dos parlamentos, parlamentares e outros intervenientes relevantes são desenvolvidas através de apoio específico para adotar metodologias adequadas em reformas legais e dos quadros institucionais, com particular destaque para a revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e o TC | |

| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
|---|--|--|
| Nº de Seminários & Workshops que envolvem funcionários Parlamentares e Deputados | Elaboração de relatórios de G&A do Projeto Análise das avaliações da formação dos formandos, <i>clipping de imprensa, sítio web</i> Relatórios das comissões parlamentares Indicadores PEFA Índice OBI | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de funcionários Parlamentares e Deputados nos PALOP e em TL que participam em atividades de avaliação por pares | | |
| Nº e qualidade de reformas legais levadas a cabo para aumentar as capacidades de auditora da ISC e o controlo civil da GFP. | | |

| | | |
|--|---|---|
| Resultado da Atividade 8 (ID Atividade Atlas) | Campanhas de defesa e informação sobre Gestão de Finanças Públicas (GFP) | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Aumentar a consciência do público em geral e promover reformas legais sobre contas públicas e questões de transparência | |
| Descrição | Campanhas de defesa e de informação levam a reformas legais sobre os sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo a transparência orçamental com mais informações fiscais e orçamentais disponíveis para o público | |

| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
|--|---|--|
| Nº de campanhas de Defesa & Sensibilização | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Indicadores PEFA Índice OBI Relatórios das comissões parlamentares Relatórios das OSC | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de relatórios e análise de OSC sobre Orçamentos de Estudo, contas públicas e relatórios de despesa | | |
| Nº de membros de OSC que participam em campanhas de defesa e informação sobre transparência orçamental | | |
| Nº de recomendações dos relatórios de OSC sobre documentos orçamentais tidos em conta pelas audições e relatórios das comissões parlamentares e pelos relatórios/recomendações das ISC | | |

| | | |
|---|--|--|
| Existência e eficácia dos instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na formulação/aprovação do orçamento de (existência de iniciativas orçamentais dos cidadãos e mecanismos de consulta baseados no público/comunidade/frequência e regularidade destes instrumentos/número de medidas corrigidas ou introduzidas como resultado destas iniciativas) | | |
| O aumento da cobertura dos meios de comunicação sobre questões orçamentais nos países participantes, incluindo artigos sobre responsabilidade orçamental e relatórios e recomendações do Tribunal de Contas | | |
| Nº de relatórios pedidos pelo Parlamento em relação à execução do orçamento | | |
| Resultado da Atividade 9 (ID Atividade Atlas) | Formação e AT sobre auditoria de contas & sistemas de monitorização | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Reforçar capacidades de Deputados e Comissões Parlamentares com vista a uma análise e avaliação mais profundas e consistentes do orçamento de estado, contas públicas e GFP | |
| Descrição | As capacidades dos Deputados, Funcionários Parlamentares & comissões especializadas são reforçadas relativamente à análise e revisão de documentos de finanças públicas ,projetos de leis e orçamentos através sistemas de auditoria e monitorização de contas mais eficientes | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Número de audições pedidas pelos Parlamentos nos PALOP e em Timor-Leste | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Indicadores PEFA Índice OBI Relatórios das comissões parlamentares Relatórios das OSC | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| <i>Nº de sessões de audições dos Parlamentos onde estive presente o Tribunal de Contas nos PALOP-TL</i> | | |
| Nº de relatórios pedidos pelo Parlamento em relação à execução do orçamento | | |
| Resultado da Atividade 10 (ID Atividade Atlas) | TA & Conhecimentos para Supervisão da Despesa por parte dos Deputados | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Aumentar a qualidade e a frequência da supervisão da Despesa Pública do Parlamento | |
| Descrição | Assistência técnica e aconselhamento especializado aos parlamentos nacionais sobre supervisão da despesa pública através da formação, aprendizagem entre pares e aconselhamento especializado. | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de reuniões, sessões de audições públicas e relatórios disponíveis das comissões parlamentares sobre finanças públicas, contas e despesa nos países participantes | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC Indicadores PEFA Índice OBI | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Número de audições pedidas pelos Parlamentos nos PALOP e em Timor-Leste | | |
| <i>Nº de sessões de audições dos Parlamentos onde estive presente o Tribunal de Contas nos PALOP-</i> | | |

| | | |
|---|---|--|
| TL | | |
| Nº de relatórios pedidos pelo Parlamento em relação à execução do orçamento | | |
| Nº de funcionários dos Parlamentos e de Deputados nos PALOP-TL treinados na questão da supervisão das finanças públicas | | |
| Nº de funcionários dos Parlamentos e de Deputados nos PALOP e em TL que participam em atividades de avaliação por pares | | |
| Existência e eficácia de instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na supervisão parlamentar das finanças públicas, contas e despesas (papel atribuído às OSC e OBS nestas sessões de audições/regularidade e frequência destas audições públicas/número de medidas introduzidas como resultado dos contributos da sociedade civil em sessões de audições públicas) | | |
| Resultado da Atividade 11 (ID Atividade Atlas) | Intercâmbios Sul-Sul e aprendizagem entre pares de deputados e OSC sobre controlo externo das Finanças Públicas | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Promover os intercâmbios Sul-Sul e aumentar as capacidades de controlo externo dos Deputados e OSC | |
| Descrição | Formação, <i>workshops</i> e visitas de estudo fomentam intercâmbio de experiências e boas práticas entre os intervenientes PALOP-TL sobre controlo das finanças públicas e contribuem para mecanismos estabelecidos em parlamentos e da sociedade civil de cada país | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de formações (presenciais e e-learning) e workshops | Relatórios e atualizações do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC Indicadores PEFA Índice OBI | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Nº de visitas de estudo e atividades de aprendizagem entre pares (avaliações pelos pares) | | |
| Nº de itens traduzidos e/ou publicados | | |
| 1 publicação efetuada sobre mecanismos de responsabilização pública nos PALOP e em TL | | |
| Criação de um fórum para o intercâmbio das boas práticas das OSC sobre acompanhamento da despesa pública e comunicação de resultados nos PALOP e em TL | | |
| Resultado da Atividade 12 (ID Atividade Atlas) | Controlo Externo das OSC do Programa de BOLSAS | Data de Início: 07.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Aumentar as capacidades de controlo externo e a participação das OSC em questões de GFP no país beneficiário | |
| Descrição | Definir e apresentar um Programa de Bolsas para as Organizações da Sociedade Civil com vista a promover programas de formação e políticas/boas práticas em matéria de controlo orçamental | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| 7 acordos de bolsas assinados com ONG (1 | Relatórios e atualizações do projeto | Dezembro de 2014 |

| | | |
|--|---|------------------|
| internacional e 6 com os PALOP e TL) | Relatórios G&A do Projeto Relatórios ISC | Dezembro de 2015 |
| No. Nº de formações (presenciais e e-learning) e workshops | | Dezembro de 2016 |
| No. de visitas de estudo e atividades de aprendizagem entre pares (avaliações pelos pares) | | |

| RESULTADO 3: Gestão do Projeto | | |
|--|---|--|
| Resultado da Atividade 13 (ID Atividade Atlas) | Gestão & Administração do Projeto | Data de Início: 01.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Garantir a elaboração, gestão diária e acompanhamento do projeto. | |
| Descrição | Arranque operacional do projeto, desenvolvimento de TR e recrutamento da UGP; Definição de ferramentas e diretrizes de gestão e financeiras do projeto; Atividades diárias de gestão do projeto, incluindo missões de acompanhamento aos países beneficiários, Organizar comissões de direção do Projeto | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de funcionários e prestadores de serviços pessoais/individuais recrutados e disponíveis | Relatório provisório e de acompanhamento do projeto Relatórios G&A do Projeto Relatórios de acompanhamento do projeto Relatórios da comissão de direção do projeto | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| Comissões de Direção Anuais organizadas com sucesso | | |
| Comissões de País Trimestrais organizados com sucesso em cada país beneficiário | | |
| Sítio web do projeto e outras redes sociais relevantes disponíveis e ativas | | |
| Relatórios do projeto entregues e aprovados em tempo útil | | |
| Entrega do projeto acima de 80% | | |
| Nº de missões de país de acompanhamento | | |
| Mecanismos de apoio ao projeto e de garantia do projeto identificados | | |
| Diretrizes operacionais do projeto aprovadas e atualizadas anualmente | | |
| Exercícios de G&A do projeto são conduzidos em linha com os procedimentos do PNUD | | |
| Resultado da Atividade 14 (ID Atividade Atlas) | Fase Inicial do Projeto | Data de Início: 01.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Desenvolver planos de trabalho anuais de forma participativa que serão aprovados em cada país, permitindo identificar com exatidão os países centrais e as forças motrizes de uma dinâmica de mudança de apoio à estratégia de sustentabilidade do projeto. | |
| Descrição | Levar a cabo atividades durante a fase inicial do projeto, incluindo a Preparação e Acordo com as partes interessadas de todos os países beneficiários sobre o plano de viagem; Maior atualização das avaliações institucionais; Revisão/atualização da estratégia de saída do projeto; Aprovação da formulação do plano de risco e visibilidade do projeto; Formulação do plano de G&A do projeto. | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Nº de missões no país | Relatório provisório e de acompanhamento do projeto | Dezembro de 2014 |
| PTA 2014-2016 elaborados e aprovados | | |

| | | |
|--|--|--|
| TR da UGP e dos peritos desenvolvidos | Relatórios G&A do Projeto Relatórios de acompanhamento do projeto Relatórios da comissão de direção do projeto | |
| Indicadores, diretrizes e objetivos anuais do país identificados | | |
| Diretrizes operacionais do projeto desenvolvidas | | |
| Registo de riscos preenchido com as informações do país e as medidas de atenuação identificada | | |
| Plano de missão da UGP elaborado e acordado com os beneficiários, apoio do projeto e fornecedor do projeto | | |

| RESULTADO 4: Plano de Visibilidade do Projeto | | |
|--|--|--|
| Resultado da Atividade 15 (ID Atividade Atlas) | Visibilidade & Comunicação do Projeto | Data de Início: 01.2014 Data do Fim: 12.2016 |
| Finalidade | Assegurar a visibilidade das ações externas da UE, em linha com as melhores práticas no âmbito das diretrizes de visibilidade da UE-PNUD, bem como uma boa comunicação entre as partes interessadas do projeto. | |
| Descrição | Definir o plano e diretrizes de visibilidade e comunicação do projeto. Conceber e lançar as redes sociais (sítio web e Facebook) do projeto. Levar a cabo todas as ações de visibilidade nos diferentes países beneficiários. Reunir a memória institucional, <i>clipping</i> e atualizações do projeto. | |
| Critérios de Qualidade <i>De que modo/com que indicadores será medida a qualidade do resultado da atividade?</i> | Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Qual o método que será usado para determinar se os critérios de qualidade foram cumpridos?</i> | Data da Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i> |
| Plano de visibilidade do projeto e linhas orientadoras elaboradas e aprovadas | Relatório provisório e de acompanhamento do projeto Relatórios G&A do Projeto | Dezembro de 2014 Dezembro de 2015 Dezembro de 2016 |
| No. Nº de itens de visibilidade produzidos | Relatórios de acompanhamento do projeto | |
| A perceção da visibilidade do projeto pelas partes interessadas é positiva | Visitas ao terreno Consultas e entrevistas | |
| No. Nº de ações de visibilidade levadas a cabo | Relatórios da comissão de direção do projeto | |

SECÇÃO VI

6. CONTEXTO LEGAL

Este documento do projeto será o instrumento referido como tal no artigo 1 da SBAA entre o Governo de Cabo Verde e o PNUD, assinado a 31 de janeiro de 1976.

Em conformidade com o artigo III do Acordo de Assistência Padrão Básico, a responsabilidade pela segurança e proteção do órgão executor e do seu pessoal e da propriedade, e da propriedade do PNUD sob custódia do órgão executor, cabe ao órgão executor.

A agência de execução irá:

- a) pôr em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde o projeto está a ser levado a cabo;
- b) assumir todos os riscos e responsabilidades relacionados com a segurança da agência de execução e a implementação total do plano de segurança.

O PNUD reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano, quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, tal como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação deste acordo.

A agência executora compromete-se a realizar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos recursos do PNUD recebidos de acordo com o Documento de Projeto são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pelo PNUD nos termos deste instrumento não constam da lista mantida pela Comissão do Conselho de Segurança estabelecida nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser consultada em <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os subcontratos ou sub-acordos celebrados ao abrigo deste Documento de Projeto.

ANEXOS

Anexo 1 – Termos of Referência: TR para o pessoal-chave do projeto

Anexo 2 – Quadro Lógico e Orçamento do Contrato UE-PNUD

Anexo 3 – Calendário operacional indicativo

Anexo 4 – Nota de Justificação do Programa

Anexo 5 – Fichas de Avaliação do País

Anexo 6 – Formulários de Consulta do País

Anexo 7 – Análise de Risco

Anexo 8 – Fichas de Avaliação de Capacidades

PRODOC (VERSÃO FINAL)



Pro PALOP-TL ISC